UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

ANDRÉ DE SOUZA FEDEL

LIBERDADES REVERBERADAS E A COMPOSIÇÃO ESPACIAL DAS RÁDIOS LIVRES: UMA TRANSMISSÃO DIALÓGICA

PONTA GROSSA
2013

ANDRÉ DE SOUZA FEDEL

LIBERDADES REVERBERADAS E A COMPOSIÇÃO ESPACIAL DAS RÁDIOS LIVRES: UMA TRANSMISSÃO DIALÓGICA

Monografia apresentada à disciplina de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia pelo Departamento de Geociências, Setor de Ciências Exatas e Naturais do Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Ms. Almir Nabozny.

PONTA GROSSA

2013

AGRADECIMENTOS

Ao seu Silvio e dona Márcia, por todas as conversas conjuntas, discutindo sempre os ocorridos no/do mundo, na/da cidade e no/do bairro. Por me oferecerem condições de uma instrução integral e de ingressar ao universo de uma universidade pública. Ao meu mano Gabriel e suas experiências e militâncias que sempre me inspiraram.

A minha companheira Taira Sakr, por nossos afetos em momentos difíceis e pelas descobertas que tivemos juntos nessa vida partilhada;

Aos meus queridos amigos e amigas. Tom, Foia, Mário, Karine, Nigaz, Rui, Nirvana, Tami, Sandra, Eddie, Drica, Fabrício, Rogério, Eve, Mayã, Joe, Ana, Fabíola, Marci, Danny, Otávio, Ana Sanches, Kauê, Felipe Franco, Marcião, João, Bó, Renata, Felipinho marcha lenta....eu não lembraria de todos/as. Fica o registro.

A todos os estudantes e os encontros e desencontros que construíram nossa atuação, nossas angústias e nossas perspectivas enquanto geógrafos; Ao CoREGeo Sul, a CONEEG e os encontros, longos debates, plenárias, semanas nacionais de luta e trabalhos de campo.;

A UEPG, em especial ao Restaurante Universitário,que no futuro próximo terá café da manhã(eu espero pelo menos). e a casa do estudante(que ainda não foi reformada e ampliada). As greves e paralisações na UEPG. Não foram poucas;

Aos professores (as) do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa; Aos companheiros e companheiras agricultores do Assentamento Emiliano Zapata.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UEPG- a IESol - e todas as lindas pessoas solidárias, esperançosas e lutadoras por um mundo mais justo, crítico e solidário, partindo de baixo e à esquerda, sempre.

Ao amigo, Professor e orientador Almir Nabozny, por abraçar essa jornada junto comigo, com horizontes de sociedade, com ponderações em relação as minhas empolgações, ótimas palavras, ideias criativas e muitas desconstruções em nossa conturbada geografia.

Aos amantes de uma comunicação livre, porque *piratas são eles que estão atrás do ouro*!

(…)Eles entendem que o curso da história não é inevitável e que o curso da liberdade não pode ser desenvolvido através da criação de novas formas de coerção. De fato, todas as formas de violência sistêmica são (entre outras coisas) agressões ao papel que a imaginação cumpre enquanto um princípio político; e o único meio de começar a pensar em eliminar a violência sistemática é reconhecendo isso."
(David Graeber)

RESUMO

Esse trabalho tem como fio condutor incutir sobre os modos em que o espaço geográfico compõem à constituição recente das rádios livres. A investigação transcorre com um debate histórico-geográfico sobre a instituição dos meios de comunicação no Brasil, sua relação com o Estado e a insurgência das iniciativas de apropriação técnica do rádio “não autorizadas” por indivíduos e coletivos que comunicam suas ações e suas leituras do/no espaço. Nesse ínterim, foi elegido como estudo de caso, três rádios livres no estado de São Paulo, onde alguns sujeitos integrantes das rádios foram entrevistados e, efetuou-se trabalhos de campo com observação sistemática, fotografias, etc. Respaldado por incursões de pesquisa qualitativas e por meio de uma inserção em “hipertexto” refletiu-se sobre coletivos de rádios livres, encontros, *chats*, dentre outras nuances substanciadas na internet. Destaque-se ainda práticas de pesquisação em encontros de rádios livres dos quais realizou-se uma *recartografia* do movimento em tela. Dentre os debates percebe-se que as rádios livres são espaços construídos socialmente e relacionalmente, são abertos ao encontro, onde se injeta demasiada temporalidade, proporcionando interação, experiência e liberando as imaginações para comunicar o espaço impregnado de ações. Também são lugares e *entrelugares* do acontecer solidário e da comunicação do cotidiano muitas vezes invisibilizada, propiciando um horizonte de direito a cidade, a comunicação e reduzindo o abismo entre emissor e receptor. Estas características são propensas à territorialidades que surgem em redes de interdependência, onde determinados integrantes de rádios livres possuem funções conforme suas interações, conhecimentos, proximidades ou causas sociais de afinidade. Elas se compõem taticamente subvertendo as estratégias promovidas pelo Estado, solidarizando-se e criando zonas de contato para ecoar suas posições políticas, proposições técnicas e ações no espaço.

Palavras-Chaves: rádios livres, espaço, territorialidades e comunicação.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, FIGURAS E FOTOS

LISTA DE SIGLAS

ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

ABRAÇO – Associação Brasileira de Rádios Comunitárias

AMARC – Associação Mundial de Rádios Comunitárias

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

CMI – Centro de Mídia Independente

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DRM – Digital Rádio Mondiale

FNDC – Fórum Nacional de Democratização da Comunicação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JOC – Juventude Operária Católica

MiniCom – Ministério das Comunicações

RL – Rádio Livre

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

APRESENTAÇÃO/ INTRODUÇÃO

Em meados de 2004-2005 quando estudava no SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, uma instituição de ensino profissionalizante, voltada para a indústria, o trabalho em um “chão de fábrica” me proporcionava muitos questionamentos, principalmente ao lado de meu pai, de como a aprendizagem que tive era somente para aquilo que eu estava desempenhando no momento: Manutenção de tornos, fresas, circuitos elétricos prediais, pneumática e hidráulica, etc. Fiquei três anos. Me afastei. Caminhei para ingressar no Ensino Superior e com muito esforço e apoio de muitas pessoas consegui. O curso, Geografia, era a primeira vista a opção influenciada por amigos (as), belas aulas de professores que obtive no Ensino Médio e o interesse por algo que não sabia e não acompanhava normalmente nas conversas como - “ ah, eu quero fazer isso quando crescer...”.

Com o andamento da graduação, leituras, debates (alguns acalorados, outros nem tanto) e encontros, conhecendo pessoas e idéias, fui concebendo que a universidade, assim como o SENAI, eram muito semelhantes em seus propósitos, porém eu já poderia realizar minhas escolhas com muito mais maturidade e que o conhecimento não se restringia somente ao curso que estava fazendo, muito menos na universidade que estava estudando. Foi então, que a possibilidade de estudar em outra universidade me ocorreu. Em 2011, estava na Unicamp e lá conheci uma rádio livre, a Rádio Muda. Os temas sobre direitos autorais, apropriação técnica, arte independente, democratização da comunicação, comunicação livre, repressão policial, software livre, etc., eram debatidos de uma maneira descomplexada e concretizados em ações coletivas que me instigou muito. Comecei a militar neste sentido e fui percebendo que muito do meu aprendizado que obtive durante outros espaços e tempos conseguia ser aplicado ali. Na Rádio. Na comunicação livre.

Ao voltar para Ponta Grossa, para a UEPG, com amigos e amigas iniciamos alguns debates sobre instaurarmos uma rádio livre. Foi nesse momento que se fundamentaram questões: Como se estabelece uma rádio livre na cidade e na sociedade em que vivemos? Como existem rádios livres em outras cidades e

sociedades? A professora Joseli em suas aulas de técnicas de pesquisa e o professor Almir nas primeiras orientações me auxiliaram e assim minha indagação transformou-se em uma pesquisa. A questão central desta, ou seja, **de que modo o espaço geográfico compõem a constituição recente das rádios livres?** Foi o "ponta pé", seguido das subquestões – **Como se estabelecem as relações entre os agentes constituidores do espaço conformado pelas rádios livres?** E **Quais são as estruturas espaciais constituídas pelas rádios livres?**

Ao iniciar o estudo em questão, com os primeiros campos exploratórios, notamos primeiramente a necessidade da mudança de olhar, não mais como integrante ou militante, mas agora como pesquisador de um fenômeno social, tomando uma certa distância. Essa mudança fez com que adotássemos artifícios científicos, isto é, técnicas de entrevistas, sistematização de conversas, dentre outros aspectos que proporcionassem uma objetivação do fenômeno.

Adotada essa postura, nosso passo foi iniciar as leituras específicas sobre o tema, que nos auxiliaram em ricas reflexões sobre a história de consolidação de rádios livres no Brasil, no mundo e perceber sua incipiente discussão no campo científico, por exemplo.

Com os campos exploratórios também observamos que para uma melhor compreensão do fenômeno, além de compreender a dinâmica dos programadores - os agentes concretos de construção destes espaços - se fazia necessário compreender e dialogar os espaços das rádios e sua estruturação, os espaços de debates e de ações coletivas em que estes agentes estão inseridos e os temas que enlaçam toda a "atmosfera" das rádios livres pesquisadas, isto é, ações propensas a constituir territorialidades.

Nossa pesquisa é um estudo de caso com integrantes de três rádios livres que se localizam no estado de São Paulo, especificamente a Rádio Muda (Campinas), Rádio Capivara (São Carlos) e a Rádio Juventude (São Vicente) tendo como temporalidade de discussão desde as memórias dos agentes em relação aos momentos de elucubração das rádios, até os debates mais próximos ao espectro temporal de escrita dessa monografia. Do ponto de vista operacional foi a partir do início do segundo semestre de 2011 que iniciamos nossa observação sistemática,

constando de inserção em listas de discussão pela rede mundial de computadores, análise de conteúdos textuais, sonoros, audiovisuais, sobretudo disponibilizados nos fóruns de discussões, assim como, iniciamos trabalhos de campo, esses constituídos por visitas as rádios livres elegidas para essa pesquisa, dentre outras, eventos em que se discutiam a liberdade no espectro, oficinas de formação de programadores, dentre outros encontros. Destacamos que em um dos trabalhos de campo realizado no encontro de rádios livres efetuamos uma oficina de Cartografia Social com integrantes de diversas rádios livres, desvendando iniciativas, temas latentes no contexto da comunicação livre e tensões no espaço ocupado pelas Rádios Livres.

A construção de um *corpus* da pesquisa (BAUER; BAS AARTS, 2008) buscou-se pelos lastros de transformações sociais no espaço e no tempo provocadas ou que relacionava-se com as inscrições de rádios livres no Brasil, evidenciando compreensões espaciais para uma composição da comunicação livre no país e também para efetuarmos nossa inscrição temática.

O surgimento de Rádios Livres pode muito bem ser um (dentre outros) elementos indicadores para compreender as transformações sócio-espaciais que em determinadas temporalidades demarcam hegemonicamente as sociedades. Disso, na revisão bibliográfica constatou-se com laço comum o surgimento das rádios majoritariamente ligadas às insurgências de grupos que eram **reprimidos** pelo Estado e, que de alguma forma conseguiram utilizar a técnica de radiodifusão para promoção de um debate público relacionado a essa(s) parcela(s) de indivíduos da sociedade e temas relativos aos mesmos, isto é, como forma de expressão pública de seus direitos de algum modo vilipendiados.

As rádios configuram-se em coletivos que geralmente possuem princípios articuladores. Esses princípios são a *horizontalidade*, a *autogestão, autonomia e independência política e financeira*. Através destes princípios e sua carga política que implica na postura do coletivo, não existem representantes que falam sobre a rádio, ou seja, todos falam sobre a rádio a partir do que constroem conjuntamente.

Dessa constatação a priori, nos trabalhos de campo, como procedimentos para dialogar com os agentes das rádios, alçamos de *entrevistas semi estruturadas,*

todavia, não com um roteiro alongado mas, partindo das seguintes perguntas:

- O que é radio livre para você?
- Porque participar?
- O que proporciona?

Após sistematizar os campos realizados com o suporte das entrevistas semi estruturadas, houve a necessidade de acompanhar as atividades e, com essa demanda encontrou-se muitas dificuldades, como por exemplo, a distância e seu custo financeiro relativamente alto. Pelas dificuldades de encontrar os sujeitos, seja pela distância propriamente dita ou pelo contato prévio, as entrevistas episódicas (FLICK, 2008) demonstraram situações favoráveis para a pesquisa. Elas foram outra ferramenta utilizada para determinadas situações onde não houve um prévio contato e foram importantes para o entendimento da formação, história e inserção dos agentes, somando-se muito com suas experiências vividas nos espaços de construção.

Ao todo foram feitas seis entrevistas semi-estruturadas e quatro entrevistas episódicas, entretanto, devido à densidade de conteúdo e informações, escolhemos utilizar três entrevistas semi-estruturadas e três entrevistas episódicas. O roteiro das transcrições encontram-se nos apêndices A, B, C, D desse trabalho. As análises dessas entrevistas foram angariadas pela interpretação de texto, análise argumentativa onde a fala se desenrola em um debate ao redor de ideias e princípios e contém uma pretensão de persuadir (LIAKOPOULOS, 2008), análise de discurso onde a fala provém de ações, práticas que compõem uma construção social do conhecimento e uma visão de mundo (GILL,2008) e análise retórica, possuindo características “de se desenvolver em momentos específicos, onde estruturas de argumentação, metáforas e princípios estruturantes estão em ação” (LEACH,2008, p. 298).

Cabe ressaltar que após a inserção em listas de e-mail de escala nacional e latino-americana para acompanhar as atividades das rádios livres, os campos foram realizados com uma maior facilidade, em espaços de construção de rádios, em eventos artísticos ou de formação política das mesmas. As listas de e-mail configuram-se como espaço virtual onde são publicizadas diversas atividades onde

integrantes de rádios livres fazem parte.

Neste contexto, as experiências dos sujeitos entrevistados e suas narrativas construídas foram pertinentes para compreensão da *geo-grafia* do fenômeno social presente, abordadas no decorrer desta pesquisa.

Destaque-se ainda que em relação às rádios livres, existem reuniões periódicas, onde são traçados algumas atividades e discutido temas que abrangem desde o espaço físico da rádio e sua gestão, até postura política frente à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e apoio a outros coletivos de iniciantes em rádios livre e/ou de outros espectros de movimentos sociais. Nesse ínterim, fizemo-nos presentes em alguns momentos com observação participante (THIOLLENT, 1992).

Tomadas as decisões, acontecem espaços de debates, eventos artísticos e oficinas onde saberes, pesquisas e posições técnico-políticas são expostos no intuito de formação, discussão e construção de uma plataforma propositiva.

Grande parte das atividades promovidas pelas Rádios Livres e seus integrantes são registradas originando documentos de áudio e vídeo, além de textos angariados pelos integrantes das rádios livres e outros coletivos, em que de alguns desses efetuemos uma análise sistemática (LOIZOS, 2008), como uma parte relevante para o trabalho. Esses registros nos revelaram ser grafias em espaços e tempos. Para a análise audiovisual, criamos um sistema de transcrição sincronizado com o tempo de fala, a fim de que fiquem inteligíveis os discursos que foram categorizados de um modo específico e de um processamento analítico da informação colhida. O vídeo analisado refere-se a uma mesa sobre Rádio Digital, Espectro Livre e Rádio Definido por Software do Evento intitulado “ESC – Espectro Sociedade e Comunicação”.

Finalizando essa parte inicial, compreendemos que nossa metodologia esteve sempre aberta para possíveis reviravoltas ou reflexões no sentido de apreender mais precisamente o fenômeno e dar conta de sua dimensão espacial. Assim cabe uma apresentação interna do trabalho de conclusão de curso, desse modo no primeiro capítulo exploramos uma discussão com base nas nossas referências sobre a instituição dos meios de comunicação no Brasil, em uma escala geográfica ampla, apontando sua importância histórica de agente social na formação do espaço geográfico em um contexto de mundialização da cultura, em que as tradicionais

concepções dos meios de comunicação são hegemônicas, apoiadas e amparadas pelo Estado, e este último sempre restringindo, incriminando e reprimindo outras possibilidades de comunicação. Trouxemos da Geografia e da Antropologia contribuições empíricas para compreensões aprofundadas de nossa questão de estudo e por fim, coloca-se em cena as rádios livres cartografando-as como insurgência das situações estabelecidas em sua espacialidade geográfica de ocorrência, fomentando debates e iniciativas importantes na sociedade brasileira.

Assim, em nossa análise espacial, partindo dos trabalhos de campo, coube a leitura de que o espaço coletivo das rádios livres, vivenciado intensamente, injeta uma grande temporalidade tecendo determinadas relações construídas com a experiência e com práticas de autonomia, solidariedade, autogestão, liberdade de expressão e independência política. Essas relações e suas ações implicadas em um pano de fundo constroem uma territorialidade da comunicação livre e suas reverberações, como visto também no terceiro capítulo, um exemplo de um espaço de embates e momento de divergência e convergência de ideias e ações políticas e técnicas onde diversos agentes que estão imbricados nessa territorialidade fazem parte de redes de interdependência.

Capítulo I – OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E O ESPAÇO DA COMUNICAÇÃO

Ao abordar os meios de comunicação, em especial, meios de comunicação livres, é necessário (re)fazer um caminho que nos é importante, tratar ontologicamente desse tema que é transdisciplinar e complexo, buscando substanciá-lo espacialmente.

De início, consideramos que os meios de comunicação precisam ser entendidos como uma técnica, onde ela “constitui um elemento de explicação da sociedade e de cada um dos seus lugares geográficos” (SANTOS, 1994, p.31). O ser humano através de suas capacidades de desenvolvimento e da revolução científica conseguiu atingir o patamar de ir além de seu campo usual. Esse período marcado pelo aspecto da realização histórica através da revolução científica faz com que as ciências humanas tomem um lugar privilegiado, principalmente as ciências em que as técnicas possuem espaço privilegiado (SANTOS, 2006). O ser humano ao produzir e criar espaço utiliza-se de técnicas, porém a técnica é difundida desigualmente no tempo e no espaço. Também compreende-se que a análise da técnica ao seu entorno é pouco explorada, ainda mais na produção de sentidos espaciais. É importante ressaltar que os estudos que trazem a discussão da técnica e da tecnologia, separam-na do território (SANTOS, 2006), deixando-as empobrecidas para um estudo social mais aprofundado.

1 – OS LASTROS ESPAÇOTEMPORAIS DO MOVIMENTO RÁDIO LIVRE NO BRASIL

Os meios de comunicação tiveram uma grande propulsão, assim como outras técnicas, a partir de grandes incentivos dos Estados Nações nos períodos que conhecemos como a Primeira e Segunda Guerra Mundial, onde o rádio - e posteriormente a TV - se desenvolveram de forma acelerada:

> em menos de vinte e cinco anos da primeira transmissão, ele já começa a fazer parte do cotidiano internacional. Rapidamente, os Estados Unidos entram na concorrência, que obedece à linha da melhor performance

> técnica, e levam vantagem. Grandes conglomerados econômicos, como a Westinghouse, começam a exportar equipamentos transmissores para vários países, entre eles o Brasil (NUNES, 1995, p.10).

No Brasil, o contexto de surgimento da radiodifusão se deu onde as relações políticas e econômicas estavam sendo centradas:

> O Estado brasileiro sempre esteve à frente da radiodifusão, desde a data de sua implantação oficial, no dia 7 de setembro de 1922, durante as comemorações do centenário da independência, quando a Rádio Corcovado foi montada no alto do Morro do Corcovado, no Rio de Janeiro. (NUNES, 1995, p.27).

A medida em que a técnica de radiodifusão que era aprimorada, melhorada e otimizada, realizava transformações na comunicação e, consequentemente, no espaço, como por exemplo, a introdução de publicidade.

> A década de 30 é marcada por uma nova fase, quando é introduzido o receptor a válvula, barateando a produção e aumentando o consumo de aparelhos. O lado comercial é incentivado e o governo permite que 10% da programação se destine a inserções publicitárias, bem como institui a obrigatoriedade da transmissão simultânea em todas as rádios de um programa nacional, produzido pelo Serviço de Publicidade da Imprensa. Posteriormente os índices de publicidade são alterados para 20% e 25%, este último perdurando até os dias atuais (NUNES, 1995, p.27).

As emissoras sabendo quem eram os potenciais consumidores de receptores de rádio, logo preparavam emissões que dialogavam com essas camadas sociais, criando um "mercado organizado de bens simbólicos" (NUNES, 1995, p.28).

Com a introdução da televisão, o formato em rede e outros avanços técnicos da radiodifusão - como a satelização - que iniciavam um movimento de integração do território nacional, o aspecto de concentração da produção de conteúdo começa a ser evidenciado (NUNES, 1995). O Estado lança projetos e iniciativas para demarcar sua ideologia[1], porém sem questionar a concentração de produção cultural, já que a exemplo da televisão norte americana, adota-se um modelo comercial (GUARESCHI ; BIZ, 2005).

A partir dos anos 60, o Brasil ingressava para a lista dos países latino-

---

[1] Aqui entendemos ideologia como o uso de formas simbólicas para promover processos de dominação (GUARESCHI, 2002).

americanos que possuíam o regime político uma ditadura militar. O planejamento urbano das cidades estava ancorado em duas preocupações básicas: A "segurança nacional" e "a modernização e o desenvolvimento do país".

A "segurança nacional" entendida pelo governo militar se efetivava com a censura de livros, revistas, jornais, peças de teatro, filmes e outras atividades que ocorriam com uma alta intensidade. As perseguições aconteciam de variadas maneiras, como a proibição do direito de greve, a dissolução dos sindicatos, prisões, tortura e morte.

A "modernização e o desenvolvimento do país" foi realizada abrindo o país para o capital estrangeiro; contraindo dívidas aos bancos internacionais e incentivando a entrada de multinacionais (SOUZA; RODRIGUES, 2004). Essas medidas aprofundaram o desenvolvimento de uma infraestrutura técnico-científica que auxiliava a expansão do capital material (bens de consumo) e simbólico produção de conteúdo significado para toda a sociedade.

No campo institucional-político, com a tomada do poder pelos militares, a concentração da produção midiática aprofunda-se, principalmente com relação às *concessões* dadas, a criação de sistemas e órgãos reguladores de comunicação e a implantação de reformas e estruturações técnicas repassadas inteiramente a empresários da comunicação (GUARESCHI; BIZ, 2005), conforme expressa de forma criativa a figura 01.

Figura 01 – " As capitanias hereditárias da comunicação"

Fonte: Revista Vírus Planetário (2012)

Assim, instaura-se um vale profundo entre quem emite e quem recebe, pois somente perante o Estado, estas emissoras podem ser portadoras da informação e da realização da comunicação social, tornando meramente a radiodifusão - Em nosso caso - como mais um canal de difusão para a população (NUNES, 1995, p. 32).

Compõem essa conjuntura política - além de uma produção de conteúdo centralizada, com uma distinção clara entre emissor e receptor e um alto apego a difusão de bens de consumo - o alcance dos meios de comunicação em grande número nos domicílios brasileiros, conforme a tabela 1.

Tabela 1: Domicílios particulares com bens duráveis

Bens duráveis	1960		1970		1980		1991		2000	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Rádio	3912238	28.98	10386763	58.92	19203907	76.17	28729548	82.69	39107478	87.45
Televisão*	601552	4.46	4250404	24.11	14142924	56.10	27650179	79.58	38906707	87.00
Geladeira	1479299	10.96	4594920	26.06	12697296	50.36	23910037	68.82	37202742	83.19
Automóvel*			1594465	9.04	4809652	19.08	8018457	23.08	14604006	32.66
Telefone					3182256	12.62	6476056	18.64	17774403	39.74
Maq lavar roupa							9116375	26.24	14799668	33.09
Videocassete									15787151	35.30
Microondas									8659309	19.36
Microcomputador									4748780	10.62
Ar-condicionado									3332643	7.45

Fonte: IBGE (2000)

Assim, ao observar atentamente as mudanças dos meios de comunicação no espaço e no tempo e sua capitalização na produção subjetiva de uma sociedade global, percebe-se que essa produção está atrelada a um contexto de mundialização, essa forma mais complexa de internacionalização, onde além do consumo material como meio de integração, há também o domínio específico de uma cultura, como vemos na leitura de Ortiz (1996). Os meios de comunicação, principalmente no quesito da cultura, foram extremamente usurpados para acelerar a globalização e assim como, John Downing (2002) aborda, como vamos afirmar que eles são um agente social fraco? Em específico ao espaço geográfico, repleto de símbolos e campo de lutas entre todos seus agentes constituidores.

Ao pesquisar a mídia radical em suas diversas formas e processos, Downing (2002) conclui que a mídia convencional insere-se no campo social com tamanha importância que outras instituições como a família e a igreja já não conseguem dialogar com as pessoas sobre uma infinidade de temas, através das notícias, a ficção, os esportes, a comédia, programas infantis e musicais, entre outros, produzidos pela mídia convencional. Helio Evangelista (2007) ao discutir a relação da cultura e a Geografia atualmente, engrossa o caldo abordando que o plano da

mídia é essencialmente pautar o que se é pensado. “Desígnio” é a palavra que ele utiliza para descrever esta ação.

> Logo, os agrupamentos humanos, mesmo com grande interação com o entorno, dado o efeito da mídia, têm suas motivações discursivas, nas conversas habituais, sugeridas pelo meio de comunicação. É como se o encontro humano estivesse conduzido por parâmetros vindo por imagens, notícias (…) (EVANGELISTA, 2007. p. 03).

Assim essa cultura gestada pelos meios de comunicação, como argumenta o autor “pavimentaria não só visões homogêneas de vida, mas também, a receptividade às normas comuns, legais ou não, de controle da sociedade” (EVANGELISTA, 2007, p.03).

A partir desse panorama exposto, nas décadas de 1970 e 1980 com mais de cinqüenta por cento dos domicílios particulares permanentes possuindo o aparelho de rádio (tabela 1), recebendo conteúdos de propaganda institucional e comercial, com pouquíssima produção descentralizada, impulsionado por publicidade ou por empresas fonográficas (no caso das músicas) que determinados indivíduos, agrupados ou não, decidiram transmitir pelo espectro eletromagnético suas realidades, gostos, críticas e cotidianos, que não ouviam nas rádios convencionais. Esse foi um dos inícios dos movimentos de Rádios Livres.

Nunes (1995) em sua dissertação *“Rádios Livres: O outro lado da voz do Brasil”* constrói uma leitura do surgimento (e fim) de muitas Rádios Livres, com fatos determinantes na configuração da política de comunicação e cultura do país que estava em um momento muito peculiar. Seu trabalho realiza-se a partir da análise de estudos de diversas rádios formadas entre as décadas de 1970 a 1990 em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo e nas suas relações com suas comunidades do entorno, com sua música local e informações produzidas a partir delas.

Se podemos dizer que existiu um marco inicial na história das rádios livres, a Paranóica FM, em Vitória – ES foi a primeira a transmitir em 1971, no contexto do regime militar, colocando músicas que não tocavam nas rádios convencionais, criticando o prefeito e atividades cotidianas da cidade. A repressão logo veio e a

rádio fechou e os idealizadores foram presos (NUNES,1995).

Nessa mesma época, marcada pelo projeto de modernização do país, as leis que tratavam a educação brasileira são seriamente reformadas com a “efetivação dos ideais do trabalho e da educação para o trabalho” (SANTOS ALVES, 2010, p.05), visando sempre dar respostas a altura do capital estrangeiro e nacional investido. Assim é instituída através das políticas desenvolvimentistas de abertura econômica do governo, A LDB (lei de diretrizes e bases) 5692 de 1971 que mudava o sistema educacional, inserindo a profissionalização e o Ensino Técnico obrigatório juntos com o Ensino Médio. Essa estratégia foi efetivada e a educação profissional chegava depois das grandes indústrias e preparava a mão de obra para o trabalho no chão de fábrica (SANTOS ALVES, 2010).

Em Sorocaba, interior de São Paulo, o contexto de industrialização e mão - de - obra especializada, foi propício para uma onda de aproximadamente 100 rádios entrarem no ar.

> O movimento nasce de forma autêntica, sem publicidade e com objetivos de organização autogestionária. A verdadeira mania que surge em Sorocaba leva os radioamantes a criar o Conselho das Rádios Clandestinas de Sorocaba, na tentativa de obter organização e impedir as interferências sobre as frequências oficiais e mesmo sobre outras não-autorizadas (NUNES, 1995, p. 37).

Assim como ocorrido em Vitória, a repressão veio mediada por acusações de empresários e jornais da cidade, que logo ocasionou o refluxo do movimento. “O fato de dar voz às figuras do técnico em eletrônica e do amante da música faz das rádios sorocabanas a mais positiva expressão do prazer em fazer rádio” (NUNES, 1995 p.38).

Essa insurgência em Sorocaba logo influência iniciativas por outras cidades e estados introduzindo temas sobre a democracia, principalmente a propagada pelos meios de comunicação convencionais. As Rádios Livres e centros culturais, como a Reversão em São Paulo, foram palcos para esses debates que efervesciam.

> A importância política da Reversão, além de sua própria experiência, nasce também do empenho coletivo do movimento. No auge de suas transmissões, num trabalho de divulgação, ela é alvo do interesse da

> grande imprensa, provocando reportagens de páginas inteiras nos grandes jornais e, pela primeira vez, pautas de programas de televisão, como o Documento Especial na TV Manchete e Programa Goulart de Andrade no SBT.
> Essa é a fase da inauguração do tema "democratização da comunicação", contraditoriamente, dentro de veículos de difusão de massa. Paralelamente à prática com sucesso de uma rádio livre como a Reversão, despertando a curiosidade de toda a população, a luta pela democratização da comunicação começa a se organizar de forma institucional e constante. Em maio de 1989, é organizado o Coletivo Nacional de Rádios Livres, que promove encontros estaduais e nacionais, e divulga a prática em universidades, sindicatos, entidades profissionais, movimentos sociais e outros (NUNES, 1995, p.44).

A Rádio Xilik, também incentivada pelo movimento em Sorocaba é uma das primeiras rádios organizadas no interior de uma universidade, fincada no debate sobre a democratização dos meios de comunicação a partir de movimentos sociais organizados, atestava que a ilegalidade é pressuposto para a organização das rádios livres, considerando a legalização como controle sobre a comunicação (NUNES, 1995; ANDRIOTTI, 2004; GONÇALVES, 2012).

Tamanha foi a importância que a Xilik teve, que a construção de outros transmissores auxiliando outros movimentos sociais e manifestações reverberou em uma cooperativa dos “rádios amantes” no sentido de solidariedade e apoio mútuo entre os movimentos e os coletivos das rádios que surgiam (ANDRIOTTI, 2004; GONÇALVES, 2012). Logo o movimento e a cooperativa tiveram uma aproximação com entidades da igreja católica brasileira e latino-americana que realizavam severas críticas ao governo federal em torno da comunicação centralizada do país, assim surgindo do movimento de rádios livres as primeiras rádios que se denominavam comunitárias. A maioria das rádios comunitárias pautava-se na legalização e na mudança da legislação de radiodifusão do país, no entanto com um congresso nacional de parlamentares radiodifusores ligados a grandes grupos de comunicação a dificuldade para estas novas rádios e as entidades representativas somente aumentou, acarretando em um estancamento da questão e muitas repressões de rádios comunitárias (LUZ, 2011).

Esse amplo debate, que culminou na criação de entidades representativas e associações nos anos noventa, são conseqüências diretas do que as rádios livres, a partir de suas situações arranjaram-se, tendo destaque na opinião pública

(ANDRIOTTI, 2004). O Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), entidade que congrega outras entidades e sindicatos profissionais, foi uma dessas entidades que surgiu como resultado do acalorado debate, mas que restringiu sua atuação somente a questões políticas institucionais.

Com a lei de radiodifusão comunitária sancionada em 1998[2], via-se para o governo uma fácil ferramenta de propaganda política para adquirir respaldo das reivindicações sociais

> A reforma agrária no ar não é uma simples analogia com a reforma agrária da terra. Ambas têm se processado à revelia das leis, uma vez que elas ou não existem, ou não são cumpridas devidamente. É imprescindível que o Estado demonstre manter o seu controle sobre a esfera das reivindicações sociais (ANDRIOTTI, 2004. p.136).

A lei de radiodifusão comunitária pode ser resumida como uma concessão que permite a liberação de baixa frequência através de uma antena de baixo comprimento. Sua abrangência deve ser exclusiva na comunidade, devendo existir uma entidade para prestar o serviço - considerando a rádio como um serviço (GONÇALVES, 2012). Nota-se que é uma lei obtusa, nada justa as urgências que haviam de ser efetivadas no campo da comunicação.

As Rádios Livres, paralelamente à esses acontecimentos, iniciaram uma série de encontros, onde formavam-se propostas de ações coletivas, debates e oficinas técnicas, chegando a compor o Rizoma de Rádios Livres (GONÇALVES, 2012).

Por se tratar de um fenômeno que perante o Estado brasileiro e sua legislação específica não há nenhum tipo de enquadramento, as RL's são taxadas de *piratas*[3] ou como "Rádios Comunitárias que funcionam ilegalmente"

---

2 Lei de Radiodifusão Comunitária disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9612.html.

3 O termo *Pirata* é resultante do contexto político-cultural inglês onde irradiações de FM aconteciam na costa britânica. Essa estação considerada ilegal pelo governo inglês foi montada por jovens que não aceitavam o monopólio estatal e não suportavam as programações das emissoras oficiais controladas pelo governo. A emissora Pirata tinha uma produção musical baseada no movimento de contra cultura que não tinha espaço nas emissoras oficiais e era combatida pela programação conservadora da cultura inglesa. Na história das Rádios Livres Brasileiras e seu movimento, o termo pirata inicialmente foi aceito, porém com encontros, debates e formação política entre as Rádios Livres foi rechaçado essa nomenclatura (ANDRIOTTI, 2004) culminando na famosa frase "Piratas são eles. Nós não estamos atrás do ouro" (MACHADO *et al*, 1987).

> Elas se inserem politicamente no debate por serem catalogadas e classificadas pelos órgãos reguladores, de forma geral, como, visto que esses mesmos órgãos não distinguem uma Rádio Livre de outro tipo de Rádio, enquadrando qualquer serviço de radiodifusão de baixa potência dentro dos termos da lei 9.612/98 (GONÇALVES, 2012, p.15).

Na maioria das vezes são tomadas como criminosas. Elas sofrem ostensivas atuações da Polícia Federal e da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) como forma de repressão a sua existência, amparados na lei[4]. O discurso político utilizado refere-se a não adequação com a lei, como também a interferência causada pelas rádios e as frequências disponíveis no *dial*, adotados pela ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) e outras entidades empresariais da comunicação e que já foi desmistificado por técnicos e pesquisadores na área[5].

Percebe-se que, decorrente destas ações ostensivas, geralmente há um entendimento dual entre o modelo estatal (público) e o modelo privado, até mesmo no campo científico, no entanto as transmissões radiofônicas possuem uma história demasiadamente rica em experimentações e efeitos sociais, que gera inúmeros gêneros radiofônicos que os estudos sociais e entidades estatais desconsideram. Ao ingressar nesse entendimento, é extensa as formas "ilegais" que ocorrem paralelamente a legislação do Estado e como Andriotti (2004) ressalta, é uma espécie de tabu, pois:

> No Brasil essas apropriações ilegais são simplesmente denominadas “piratas”. Entretanto, entre as chamadas apropriações “piratas”, existem características que as definem em categorias. Essas categorias são importantes de serem esmiuçadas por diversas razões: existe uma espécie de tabu – ou preconceito - em torno das rádios ilegais, esse “tabu” se expressa na ausência de trabalhos científicos realizados sobre o tema, na ausência de aprofundamento das questões relativas às políticas de comunicação no campo radiofônico, mesmo entre militantes do movimento, que em geral, assim como o resto da sociedade, não sabem identificar as diferentes formas de apropriação do espectro e seus objetivos (ANDRIOTTI, 2004, p.23).

[4] Código Brasileiro de Telecomunicações, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117.htm sancionada em 1962.

[5] A respeito da interferência e as frequências disponíveis ver Andriotti (2004) capítulo “A ANATEL e o mito da interferência” e Portal Rádio Livre http://www.radiolivre.org/node/154.

Quando Cristiane Andriotti ressalta das diferentes formas de apropriação do espectro e seus objetivos, gostaríamos de explicar o caráter tecnológico e político recentemente aberto para debate - rádio digital. Assim como, o rádio analógico, o rádio digital também utiliza o espectro eletromagnético para transmitir sonoridades. Desde o início da década passada já existem testes com o rádio digital no Brasil, que apontam melhorias em muitos aspectos na radiodifusão. A diferença entre o rádio analógico e o rádio digital é que

> No digital, o áudio é primeiramente digitalizado e sua sequência binária é modulada por algum padrão de codificação digital para então ser transmitido pelo ar de forma muito semelhante à uma rádio analógica, envolvendo tradicionais elementos como torre e antenas.(DINIZ, 2012. p.01).

Esse padrão enunciado por Diniz (2012) que exprime diretamente o atual embate sobre a escolha a ser feita pelo governo brasileiro. A existência de dois padrões, O HD Rádio, um padrão utilizado pelos Estados Unidos e o DRM, um padrão desenvolvido por diversos grupos distribuídos em países em um consórcio global. Este último, com representação no Brasil é colaborado com integrantes de Rádios Livres[6]

Aprofundaremos mais essa questão no decorrer da pesquisa. Dessa forma, expondo esse “tabu” e tentando desmontá-lo, propomos para o próximo subcapítulo esmiuçar um aprofundamento nas apropriações livres, com um enfoque geográfico, evidenciando que essa categoria demonstra questões relativas ao espaço, aos lugares e aos territórios.

---

[6] Carta aberta em defesa da escolha do DRM (Digital Radio Mondiale) como padrão técnico para o SBRD (Sistema Brasileiro de Rádio Digital) http://www.radiolivre.org/node/3829

2 – AS COMPREENSÕES ESPACIAIS

A ciência geográfica recentemente começou a dedicar-se sobre os meios de comunicação. O geógrafo Angelo Serpa em seu livro "*Lugar e Mídia*" (2011) aborda alguns estudos que relacionam lugar e mídia na cidade contemporânea a partir de grupos e iniciativas que estão se apropriando de meios de comunicação como rádio, internet e televisão, produzindo e veiculando conteúdos relacionados com seus lugares de ocorrência. Essa relação reflete e condiciona práticas espaciais, representando espaços e espacializando representações de escalas dimensionáveis diversas (SERPA, 2011).

Seus estudos se dão nos subúrbios de Salvador e em distritos centrais de Berlim, capital da Alemanha, descrevendo e refletindo sobre ações e iniciativas de grupos que se apropriam dos meios de comunicação para construir espaços e falar sobre eles, a partir de suas experiências cotidianas nas cidades.

Assim, o espaço se produz também do discurso dos conteúdos veiculados nas linguagens múltiplas, que criam afinidades e diferenças, aproximando e relacionando com o mundo através do rádio e/ou da internet em que para Serpa:

> o discurso fabrica o lugar: O lugar da vida cotidiana, da repetição, do trabalho (ou da ausência dele), mas também da criatividade e da subversão. Sim, subversão, pois se trata aqui de grupos e iniciativas que produzem espaço na cidade contemporânea para afirmar ideias alternativas de cultura, para fabricar o lugar a partir de táticas cotidianas de enunciação. 2011, p.16)

Serpa (2011) delineia que na Geografia os meios de comunicação são estudados a partir de uma visão sistêmica, principalmente no enfoque técnico. Essa técnica é utilizada pelos "agentes hegemônicos de produção do espaço" (SERPA, 2011. p.17) como uma estratégia já estabelecida, como discorrida anteriormente.

O geógrafo faz uma importante análise, onde as estratégias de concepção dos meios hegemônicos de comunicação se dão em pequena escala, porém, suas táticas de apropriação são localizadas e próprias de grande escala (SERPA, 2011). Aqui, podemos exemplificar as ações das grandes redes de jornalismo, radiodifusão e televisão, em um contexto de produção de conteúdos respectivos de determinados

recortes escalares e sua difusão para uma escala muito maior da que foi produzida.

Dessa mesma forma, os recortes espaciais que as instituições concebem os lugares, produzem invisibilidades espaciais culturais, políticas, dificultando qualquer ação que vá de encontro para uma pesquisa deste sentido, por isso em banco de dados, pesquisas ou outras fontes diversas dentro da academia o fenômeno estudado muito pouco aparece ou não é conhecido.

Problematizando as compreensões espaciais, a operacionalização do conceito de lugar pode auxiliar o aprofundamento das análises espaciais. Lugar sendo o "Lócus da reprodução da vida cotidiana, permeada por diferentes visões de mundo, e diferenciadas ideias de cultura (...). Essa vida cotidiana é condensada de ações e essas ações partem de um lugar. Agrupando estas ações, pode-se afirmar um "enredo do lugar" (SERPA, 2011. p.23). Assim o autor indaga-se: Quem conta os enredos dos lugares? Principalmente no espaço urbano?

Nessa conjuntura, há dificuldades em dizer sobre espaços vividos e da experiência, porém entendendo o contexto desigual de produção do espaço, sobretudo nas áreas populares de cidades, há lugares existentes e persistentes para o questionamento deste processo, assim podendo debater e propor até então temas e projetos que não eram do alcance dessas pessoas. Aí que paira outra dificuldade levantada por Serpa (2011): deixar abertas estas iniciativas de comunicação e estar sempre no caminho ao encontro, possibilitando abrir novos horizontes para o urbano e a sociedade urbana, tratando da temática do direito à cidade, que necessita da inter-relação entre articulação, encontros, simultaneidade e ação criadora, na tentativa de possibilitar cotas de transformação urbana:

> Se considerarmos o espaço público da cidade contemporânea como e espaço da ação política e do embate/conflito entre as diferentes ideias e concepções de cultura, então as rádios livres ou comunitárias e os domínios virtuais alternativos podem ser considerados como entrelugares do acontecer político e cultural que se transformam paulatinamente em objetos urbanos apropriados de modo criativo e político pelas classes populares. Lugares do possível e entrelugares do acontecer solidário que renovam a esfera pública urbana, possibilitando também novas estratégias e táticas de planejamento da cidade e do urbano (SERPA, 2011, p.31-32).

Esses grupos e iniciativas que buscam essa transformação urbana utilizam-se

da atuação, ou seja, falam sobre determinados lugares carregando ações ao mesmo modo que agem sobre eles enunciando-os, com o uso apropriado dos meios de comunicação. “Quem atua constrói uma trajetória no tempo e no espaço, enunciando lugares e subvertendo taticamente as estratégias hegemônicas de produção do espaço no mundo contemporâneo” (SERPA, 2011, p.35-36).

A produção do espaço concentra-se no discurso produzido, muito pela necessidade de comunicação, mobilizada pelos habitantes dos bairros, revelando ações de conteúdo político, que vez ou outra elas indicam como inserir “redes de sociabilidade”.

Essa composição do espaço “feito e a se fazer” através do discurso e das ações (o que o autor constrói como *atuação* a partir de suas referências) tramando essas redes que extrapolam os próprios limites dos bairros, promovendo uma interação que pode vir a ser uma estratégia de planejamento urbano participativo desenvolve proximidades entre órgão público e áreas populares.

Ao relacionar Tecnologia e lugar, Serpa (2011) enfatiza que as transmissões radiofônicas se constituem nas possibilidades de construção de localidades de referência. Apesar dos contextos analisados pelo autor serem díspares (Berlim e Salvador) sua intenção foi exatamente de relacionar os espaços. Justamente no intuito da questão sobre uma avaliação do espaço como meio operacional e como meio percebido/concebido. Com a emergência de um novo meio técnico que trate da comunicação informatizada, da própria informática e dos equipamentos que potencializam e abrem um vasto campo para linguagens, fazendo com que o uso destes equipamentos, sejam criativos no meio percebido/concebido.

Por fim, querendo indicar uma renovação na esfera pública urbana, Serpa (2011) argumenta que essas táticas de apropriação dos meios de comunicação representam sim uma mudança, porém, sem ir ao fundo da questão, que está na política que envolve hoje a comunicação social e a produção das tecnologias, além da intenção pela qual é produzida. Retoma-se aqui, a discussão que iniciamos no subcapítulo anterior, sobre a desigualdade espacial onde as técnicas vão se instalar.

A ideia de que um novo espaço público pode se constituir também com a utilização do meio virtual é defendido, entendendo as relações de propriedade que

permeiam os espaços da cidade. Os grupos e as iniciativas analisadas, ao se apropriarem destes meios e produzirem seus conteúdos e entendimentos sobre os espaços e seus lugares, também precisam coabitar com outros entendimentos do espaço e suas adversidades, como a incidência de espaços públicos para suas atividades sociais, assim despontando indícios dessa renovação, como o direito a cidade atrelado ao direito à comunicação e aos espaços de comunicação.

Na Antropologia, as compreensões espaciais expressaram-se na etnografia feita por Flora Gonçalves (2012) de dois coletivos de Rádios Livres descrevendo o Rizoma de Rádios Livres. Seu estudo tratou de circunscrever as relações sociais estabelecidas entre as Rádios e constituir um meio alternativo para a ação política.

A composição destas relações sociais está em um campo maior, na qual é denominada Rizoma:

> Essas Rádios se articulam em redes, e constituem aquilo que aqueles que transitam nestas redes chamam de Rizoma de Rádios Livres, espaço no qual se articulam Encontros Nacionais, informações sobre equipamentos de rádio, transmissores, como montar uma rádio, fórum de discussões sobre a legislação, sobre o fechamento de rádios, enfim, um espaço para se pensar ações conjuntas entre e com as Rádios Livres de todo o Brasil (GONÇALVES,2012. p.10).

Atualmente existem muitas rádios que compõem o Rizoma de Rádios livres. Cada uma delas envolvida em seu lugar de ocorrência, de acordo com a inserção de seus agentes constituidores. A comunicação das ações realizadas pelos agentes de cada rádio é publicizada no portal *radiolivre.org*, onde a antropóloga, através da leitura de Deleuze-Guatarri, dá o exemplo da realização do rizoma, como raízes que se intercruzam em um sistema aberto.

Gonçalves (2012) delineia sobre a utilização de softwares livres no Rizoma para atividades de emissão, gestão e programação radiofônica, indo além da utilização e promovendo a retroalimentação dos softwares, difundindo seu uso através do portal.

Esse portal é uma ferramenta onde os coletivos conseguem comunicar suas dúvidas: questões técnicas de construção de transmissores, o debate sobre a controvérsia sociotécnica da legislação brasileira com outros documentos ratificados pelo Brasil, tirando interpretações que instrumentalizam as rádios contra possíveis

investidas dos órgãos reguladores, entre outros questionamentos e ações políticas.

Haesbaert (2004), em seu livro “O mito da desterritorialização” dedica um capítulo para o pensamento de Deleuze e Guatarri no que diz respeito a Territorialização e Desterritorialização. Nele, o autor faz um percurso demonstrando como os filósofos utilizaram os conceitos para descrever “um processo com pretensão nova” (HAESBAERT, 2004. p.99) que auxiliava no entendimento das práticas humanas.

Na filosofia de Deleuze e Guatarri, Haesbaert dá atenção para o modelo do rizoma:

> Neste, os conceitos não estão hierarquizados e não partem de um ponto central, de um centro de poder ou de referência aos quais os outros conceitos devem se remeter. O rizoma funciona através de encontros e agenciamentos, de uma verdadeira cartografia das multiplicidades. O rizoma é a cartografia, o mapa das multiplicidades.(...) o rizoma-canal é “mapa”, “voltado para uma experimentação ancorada no real”, aberto, desmontável, reversível, sujeito a modificações permanentes, sempre com múltiplas entradas,(...)(DELEUZE e GUATARRI, 1995 *apud*, HAESBAERT, 2004. p.113).

Com esse entendimento, a recartografia realizada com coletivos de rádios livres, demonstrou como o espaço composto e construído no cotidiano pelos agentes é múltiplo, engajado e produtor de liberdades.

2.1 – UMA RECARTOGRAFIA DA COMUNICAÇÃO LIVRE

No encontro de rádios livres ocorrido no mês de agosto de 2013, coletivos de Rádios Livres de diversas cidades organizaram um encontro, onde foram realizados debates e atividades. O encontro aconteceu na Rádio Muda, em Campinas, onde as discussões passaram por várias temáticas, como a tentativa de implementação do rádio digital no Brasil (os padrões existentes), sobre a legislação referente às rádios livres e comunitárias no Brasil, sobre a maior integração entre as rádios livres do Brasil, os perigos da utilização de meios de comunicação virtuais proprietários (facebook, google+, twiter ,etc) para os conteúdos livres[7].

As atividades como a oficina de rádio digital e rádio definido por software; oficina de streaming de áudio utilizando software livre; oficina de cartografia social e oficina de comunicação corporal também aconteceram.

A proposta de cartografar os agentes, os movimentos e os temas no movimento rádio livre, descartografou os meios convencionais e sua produção de sentido e recartografou iniciativas muito interessantes e temas importantes na construção de liberdades comunicadas.

Para tanto, nos apoiamos em Heidrich (2010) em um *Esquema para Dialogar com Descartógrafos*, onde o autor faz uma série de ensaios relacionando a arte, os mapas, o território e o espaço. A arte é uma ferramenta na construção do espaço público (HEIDRICH, 2010), principalmente a que questiona, que possui princípios de questionamentos, como as rádios livres, por promoverem debates públicos onde não existam locais para acontecer. A descartografia provoca a tensão-espaço, que seria o mapeamento destas ações no espaço, onde elas ocorrem, qual o seu movimento e sua temática-reivindicação.

A Geografia e o conhecimento do espaço social, o espaço da ação, da ação dos sujeitos (no caso os programadores das rádios) em relação aos cotidianos e as formas conteúdo que cada um faz parte.

Este espaço, do encontro, é a aproximação. Ele é o encontro. É nele que se

---

[7] Sítio do Encontro de Rádios Livres disponível em: http://orelha.radiolivre.org/encontro2013/pmwiki.php?n=Main.HomePage

abrem as possibilidades, a solidariedade e outras ações coletivas também.

A ideia, que surgiu a partir do encontro, foi a de gerar um mapa, de gerar muitas representações, também de ser um documento histórico, instrumento de investigação e objeto de arte e informação científica. (Foto 1 e 2)

Foto 1: Oficina de Cartografia Social

Fonte: FEDEL & ALVARES (2013)

Na história, a cartografia e os cartógrafos tiveram fundamental importância no estabelecimento das fronteiras, todas elas praticamente criados pela exploração do ser humano sobre o ser humano.

A definição de territorialidade moderna foi definida por eles, os Estados Nações que iam surgindo e seus líderes. As cartas topográficas são um exemplo. Sua necessidade era reter e conter. Que são características da formação nacional.

Por isso, a compreensão da cartografia como instrumento de marcação e demarcação territorial.

O ser humano quando utiliza o espaço, deixa significados culturais. Quando ele não deixa vestígio, a comunicação vincula o espaço utilizado, através de sistemas simbólicos, como a escrita, a arte e os grafismos. Isso é utilizado pelas sociedades.

Esse princípio de controle de área é uma estratégia da territorialidade por grupos humanos. O espaço é uma totalidade aberta, ao se definirem territórios, se estende o domínio sobre o que fica contido nele: as populações, os recursos e os eventos.

A intenção não é explorar, mas ler. Ler o que a arte, a ação das rádios e os programas fazem permanecer. Da tensão que provoca. A descartografia intervém no território, pretendendo denotar outro significado, não se podendo descartografar, sem recartografar, sobrepondo outra informação, outro significado (HEIDRICH 2010).

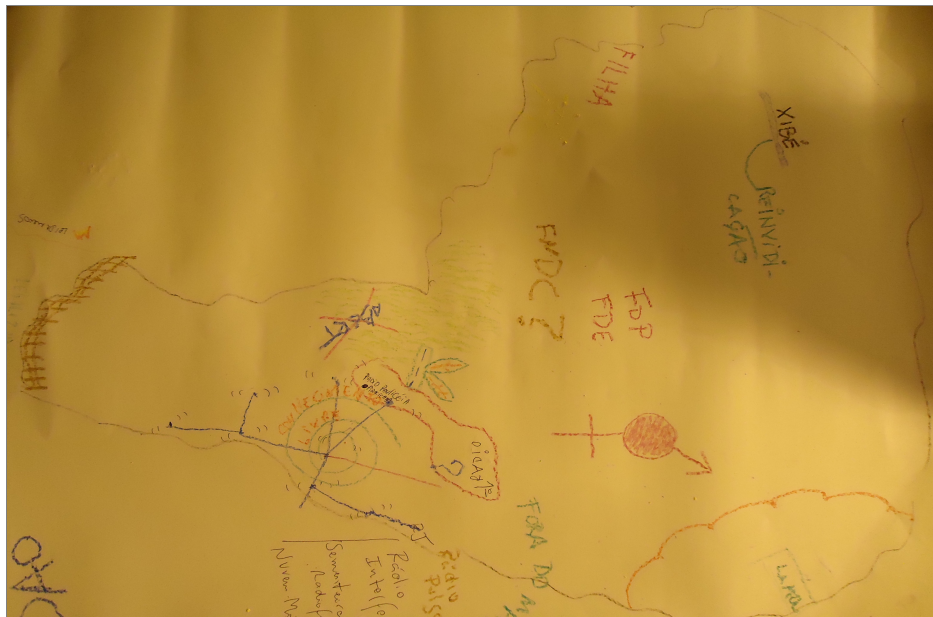
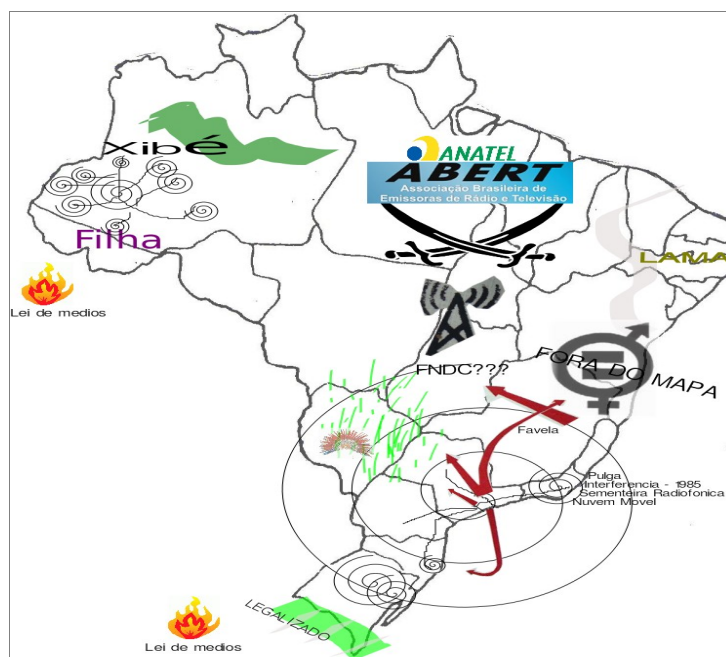
Foto 2: Oficina de Cartografia Social

Fonte: FEDEL & ALVARES (2013)

Figura 2: Recartografia da Comunicação Livre

Fonte: FEDEL & ALVARES (2013)

Org.: O Autor

Na construção do mapa, o que motivou a ser acrescentado nos outros países que fazem divisa com o Brasil foram as leis de comunicação, como na Argentina e no Equador, que possuem leis mais avançadas para uma a política de comunicação social, apresentando menos centralização. Também com a delimitação, foram adicionados outros grafismos que proporcionaram outros significados a respeito da política inclusiva do Uruguai sobre o uso e comercialização da Maconha e também a respeito da descriminalização do aborto. A “cerca” desenhada justamente foi para demarcar *onde as políticas mudam*.

Ao “centro” do mapa, próximo da região de Brasília o escrito “FNDC???” referiu-se ao debate acerca do papel legislatório do Estado e aos grupos e entidades empresariais, que motivou o desenho e a escrita “ANATEL” e “ABERT”, assuntos

também muito debatidos no encontro, a respeito de a ABERT estar fomentando, motivando e denunciando rádios “ilegais”, entre elas as rádios livres.

O símbolo dos sexos masculino e feminino ao fundo da escrita “FORA DO MAPA” referiu-se a ausência do debate de gênero em grande parte de movimentos sociais e projetos de comunicação com claros objetivos de transformação social.

O desenho de um cocar em volta de traços verdes representando o agronegócio em conflito com territórios indígenas, muito debatido nos meios de comunicação popular significou como o Estado e os agentes envolvidos (Latifundiários e entidades representativas, Mídia corporativa, Polícia Federal) atuam no sentido de repressão das populações tradicionais.

As circunferências e setas foram realizadas para demarcar a reverberação de comunicação livre, onde foi demarcado em São Paulo-Campinas, como uma espécie de “nó” deste Rizoma. Caminhando para São Carlos, Rio de Janeiro (com indicação das Rádios Livres e as iniciativas), Florianópolis e Porto Alegre.

Ao norte, outras circunferências foram feitas representando a atuação da Rádio Livre Xibé, que esta intimamente ligada aos povos indígenas e ribeirinhos de Tefé-AM, fomentando a comunicação em diversas comunidades.

Ao lado, o escrito “Filha” significou na recartografia o caso de jurisprudência em favor de uma rádio livre, a Rádio Filha da Muda[8].

No nordeste foi descrito LAMA com uma delimitação, em relação ao laboratório de mídias autônomas em Recife-PE.

Essa recartografia também auxiliou para compreender como os espaços das rádios são espaços de produção de encontros onde evidenciam trajetórias espaço-temporais**.**

---

[8] Rádio Filha da Muda é absolvida pelo Juiz Federal da Vara do Acre. Disponível em http://www.radiolivre.org/node/3869

Capítulo II – OS ESPAÇOS DAS RÁDIOS E A PRODUÇÃO DA COETANEIDADE

Assim como discutido no capítulo anterior, a técnica possui um papel importante para uma análise espacial no que diz respeito ao surgimento das Rádios Livres, seja pela sua materialidade ou pelo caráter do seu uso que proporciona uma penetração na sociedade no sentido de formar representações e serem espaços de veicular debates intangíveis que projetam ações visíveis. Essas ações são construídas no espaço e o espaço é construído por estas ações.

Os espaços das Rádios Livres fundamentam-se no espaço da consciência, onde falar sobre determinados temas, gostos, propagar determinadas músicas e eventos, criam sentidos que estruturam as ações. Curiosamente vão tecendo-se encontros em que da necessidade de comunicar a experiência, da autogestão, esses movimentos são propensos para a territorialidade.

1 – ESTRUTURA, ESTRUTURAÇÕES E OS SENTIDOS DAS RÁDIOS LIVRES

Basicamente as RL's estudadas funcionam de uma maneira semelhante. Elas existem com uma aparelhagem técnica simples, que na maioria das vezes são adquiridos por meio de doações e/ou através de atividades para angariar fundos. Os equipamentos são todos extremamente fáceis de adquirir em lojas de som/equipamentos de áudio ou também é realizado a própria construção dos mesmos, como é o caso de alguns transmissores FM e as respectivas antenas que foram constatados à campo. Neste ponto é perceptível que um conhecimento mínimo de eletroeletrônica, faz com que alguns passos para estruturar uma rádio sejam mais consolidados.

Foto 3 – Estúdio Rádio Livre Capivara

Fonte: O autor (2013)

O espaço físico (entendido, como parte da dimensão absoluta), muitas vezes é conquistado pelo processo longo de ocupação e legitimação da atividade, no entanto observamos que em nossa pesquisa esse espaço físico conquistado pode ser colaborado com uma articulação com outras organizações afim de dar ao espaço um uso com claro objetivo, no caso a instalação de um estúdio de rádio.

Foto 4: Rádio Muda, localizada em uma Caixa D'água

Fonte: O autor (2013)

O caráter do espaço da rádio como um espaço político (mais propensos para as dimensões relativas e relacionais do espaço geográfico), de encontro de ideias, canalizando para proposições e com uma aparelhagem que proporciona a propagação dessas ações no espaço geográfico, fomenta trajetórias diversas que se encontram frequentemente.

1.1- MÚLTIPLAS TRAJETÓRIAS ESPAÇO-TEMPORAIS

Doreen Massey (2008) em seu livro *Pelo Espaço* argumenta que o modo como pensamos o espaço importa, justamente nessa dimensão múltipla, abarcando o cotidiano, as concepções de mundo, o modo de se fazer política, entre outros aspectos. Sua argumentação para problematizar a vida no espaço é que “O espaço é uma multiplicidade discreta, cujos elementos, porém, estão, eles próprios, impregnados de temporalidade” (MASSEY, 2008. p.89) para afirmar que necessitamos de um pensamento que produza espaços abertos, onde há introdução de temporalidade para uma genuína multiplicidade de trajetórias e vozes dos agentes que constituem eles. MASSEY (2008) delineia sobre essa relação entre espaço e tempo ao afirmar que “Se o tempo se revela como mudança o espaço se revela como interação” (p.97-98).

Interação essa muito percebida que as rádios livres conformam esse espaço. Compreende-se que as rádios como espaços possuem um potencial criativo de ideias, de histórias, de mobilidade de pessoas e de ações, promovidas justamente pelos programadores e programadoras, -os integrantes das rádios- através de suas experiências trazidas consigo, dos princípios construídos cotidianamente e assim culminando em momentos fixos como as reuniões onde se discute todas as propostas e atividades a serem realizadas, como também em cada programa realizado e estabelecendo novas demandas e discussões.

Conceber este espaço como um recorte estático através do tempo, assim sendo um sistema fechado, faz com que seja ignorada sua verdadeira relevância múltipla de trajetórias (MASSEY, 2008), de encontros e de ações coletivas abertas no espaço.

Desta forma, esta compreensão assemelha-se a ideia de que conceber o espaço como uma construção relacional a respeito dos indivíduos e caminhando socialmente para a liberação das imaginações. Essas imaginações do espaço possuem uma interseção com a questão da subjetividade construída. Subjetividade que pode ser subversiva, partindo de indivíduos e grupos que se organizam para comunicar e construir ações no espaço.

Não esquecendo que esta subjetividade é altamente ampliada se considerarmos a relação entre técnica e cultura. E principalmente nessa relação entre técnica e cultura que potencializa muito a característica dos espaços das rádios livres como espaços políticos abertos.

Nos campos de pesquisa realizou-se entrevistas para compreender essas características espaciais e no que se refere ao entendimento de Rádio Livre, obteve-se falas que se ancoravam na experiência e como o público ouvinte destas RL's são encarados como programadores em potencial:

> Cara, esse é o segundo programa que estou fazendo assim e vim pra fuçar na verdade, conhecer a galera porque eu me interesso muito pela comunicação também... e vim para conhecer e tal e assim que pintou um horário , “porra, demorô meu”, aí os caras vieram e deram oficina, me ensinaram como mexer, como era o negócio. Foram bem receptivos e isso que foi o mais legal, não só no sentido de receptividade mas no sentido de instruir “ pô, a gente tá aqui porque temos um negócio por trás” uma bagagem por trás e é isso que é o grande lance acho(...).Rádio livre nada mais é do que a reunião de iniciativas, (...) e acho que o grande lance é a liberdade de expressão assim, não precisa ser alguma coisa como um manifesto, ou uma apologia, qualquer tipo de coisa, de partido político enfim, é simplesmente reunir pessoas e seguir uma mesma ideia ('V', Entrevista Realizada dia 24 de Agosto de 2012)

Também constatamos que o contato com outras pessoas e coletivos e o próprio espaço de conformação das Rádios proporciona uma “bagagem política” sobre diversos temas.

> (…) Comecei a participar por curtição. Um *broder* meu me falou “vamo ali na rádio”, fui ouvindo e comecei a participar (…) O que conheço de rádio livre é a Radio Muda, apesar de já ter ido na Rádio Várzea algumas vezes.
> Estou na Rádio Muda há 3 anos, desde 2009 (…) Acho que rádio livre é tomar a palavra de volta,(...) e aí sempre tem um monte de gente te ouvindo, e aí você vai conhecer as informações que você quer passar (…). (Lagartixa, Entrevista Realizada dia 25 de Agosto de 2012)

> Eu participo porque quem compõem a rádio lá são muitos amigos (…) no mesmo tempo em que comecei a conhecer sobre rádio comecei a participar de um coletivo feminista, isso contribuiu muito individualmente para que pudesse me colocar nos debates, falar na rádio e propor coisas até coletivamente, contribuindo para o debate da própria rádio sobre o machismo. (Anastasia, Entrevista Realizada dia 01 de junho de 2013)

Na questão da independência técnica como fundamental para o caráter político

que se propõem

> (…) Em Curitiba participava do CMI e sempre tinha essa ideia de tentar construir uma rádio,(...) porque tá aí a independência né. Você não fica dependendo e assim vai se apropriando do modo pelo qual se faz a rádio. (Mano, Entrevista Realizada dia 31 de Março de 2013)

Ao que se refere da participação em uma rádio livre as entrevistas e nossa observação sistemática revelaram o prazer de se expressar por uma tecnologia que leva a voz além do seu próprio alcance; comunicar ações de outros coletivos; compartilhar músicas de artistas independentes; tornar público assuntos até então (ou ainda) censurados e experimentar linguagem sonora.

> (…) é... eu gosto muito do lance da rádio... pra mim eu acho muito loco como pode se comunicar através dos ares assim … pode ser besteira né, mas sempre viajei muito nessa ideia e ai quando eu comecei conhecer a rádio e... e ver como é o potencial, transmitir, fazer sua própria comunicação, tipo, monta seu programa, falar as coisas que estão acontecendo, que não são passadas na Televisão né(...).(Anastasia, Entrevista Realizada 01 de junho de 2013)

No ponto sobre a construção e participação em uma rádio livre, a questão sobre o que proporciona é abordada por Anastasia:

> (…) e ver que tem outras rádios livres né, possibilita pra gente um contato muito direto com outras pessoas assim é... e algumas coisas muito que são construídas que.. que.. demandam da gente uma paciência muito grande mas que é gratificante, tipo... agente divulgou o trabalho de um cara lá que faz um trabalho com madeira na comunidade e aí você percebe que ele ficou atento para ouvir né … o … que falou na rádio... então da gente assim né, não é falar das pessoas que não tem nada a ver com nossa realidade assim, nos ouvir... é muito... eu acho isso bacana e acho que isso como potencial da gente transformar as coisas né … com qual eu acredito que a gente precisa transformar, lutar pra isso, eu acho que a comunicação ela é um dos pilares né, que hoje atravanca muitas lutas né, porque a gente vive por mentiras (...).(Anastasia, Entrevista Realizada 01 de junho de 2013).

A interação gera um acúmulo de experiências que são cotidianamente comunicadas nas rádios. Essa característica também é levantada por Lagartixa:

> (...) esse lance de comunicação, de interação com as pessoas né, você acaba se comunicando com uma galera, conhecendo pessoas de tudo quanto é jeito, classe, ideias ideologias (…) (Lagartixa, Entrevista Realizada

25 de agosto de 2012).

Em outras palavras, o que foi levantado foram cargas espaço-temporais onde se carrega espaços vividos, experienciados e construídos durante o tempo. Essas experiências levam a “uma sucessão internalizada de sensações” (MASSEY, 2008. p.93) e que significam tanto o temporal quanto o espacial.

Nos estudos de caso, as experiências de coetaneidades são diferentes, demonstrando a amplidão do tema e a relativa inserção espacial de cada indivíduo-coletivo em suas territorialidades.

1.2 – RÁDIO MUDA

A Rádio Muda localiza-se no interior do Campus Universitário da Universidade Estadual de Campinas. A Unicamp é uma universidade pública que existe há quarenta e sete anos, fixada no distrito de Barão Geraldo, município de Campinas, São Paulo.

> O que se sabe da história é que a rádio nasceu da experiência de alguns estudantes da Física e Engenharia Elétrica da Unicamp, que construíram um transmissor FM e o colocaram no ar no DCE da universidade. Com o tempo, pessoas de outros institutos começaram a participar da Rádio e propuseram a criação de um coletivo para geri-la. Por volta de 1994, a rádio se transferiu para um depósito que o DCE havia conseguido junto à prefeitura do campus. Um depósito que ficava debaixo de toda a água que é distribuída e consumida pelos prédios e torneiras que rodeiam o Ciclo Básico (praça central da Unicamp). O novo estúdio da Muda passou a ser na torre apelidada de "Pau do Zefa" (em alusão ao primeiro reitor da Unicamp, Zeferino Vaz): uma torre que antes funcionava apenas como caixa d'água, mas hoje funciona como sede de uma das maiores referências em comunicação livre do País (Portal Rádio Muda, 2006).

Sua história confunde-se e passa pela história da Unicamp e de muitas organizações, muitos protestos, manifestações e debates importantes a respeito de diversos temas. Esse contexto socioespacial universitário é propício para sua consolidação, onde a rádio existe como

> um grupo de pessoas que trabalham coletiva e voluntariamente sobre a ideia de se construir um canal aberto de comunicação dentro do *campus* universitário. Sua forma de organização horizontal, fonte de todas as suas promessas democráticas, também é a fonte de seus problemas (ANDRIOTTI, 2004. p.166).

Andriotti (2004) ao apontar a forma de organização como uma peça chave para entender a Rádio Muda, trouxe a tona uma discussão que nas entrevistas realizadas com integrantes da Rádio Muda foi levantada. Com o integrante *Lagartixa* onde sua experiência é de dois anos ao comentar da organização da rádio ele afirma "Não há uma hierarquia , todos podem falar, até se você não faz parte" porém complementando (…) as opiniões sempre são bem vindas, a partir do momento que você faz junto."

Em uma das entrevistas, com integrante *Dione begoode* a rádio é encarada de duas maneiras, uma que “O Coletivo da rádio muda é tão horizontal que as vezes eu não conheço tudo é que produzido pelo coletivo, se você não se aproxima do coletivo você não conhece”(Entrevista realizada dia 24 de agosto de 2012). A outra apontada por *Dione begoode* é que:

> as pessoas que são experientes não se apresentam na rádio, somente no seu programa e as vezes em alguma reunião e a galera mais nova, que está aqui, está todo dia, está em uma área de conforto que geram várias consequências: uma delas é não continuar evoluindo na liberdade de expressão e não se reinventar (Entrevista realizada dia 24 de agosto de 2012).

Do mesmo modo que a concepção de “rádio livre” é enunciada tal qual o tensionamento do espaço de presença, especificamente para os integrantes, nos quais são idealizados o quão potencial seria compartilhar com a experiência. Nesse caso percebe-se também uma crítica-vigilante do próprio processo.

A Rádio Muda se encontra atualmente com mais de 50 programas semanais, muitos deles são realizados em duas ou mais pessoas. São programas que retratam desde uma temática musical pouco explorada, ou programas com caráter de rádio arte, onde o(s) programadores através de personagens criam histórias, narrativas e cenários para discutir certos temas, programas com objetivos informativos do bairro ao entorno, da comunidade universitária e de outros locais, como fábricas ocupadas etc., programas com caráter crítico sobre temas ainda pouco abordados ou “censurados”, programas que trazem notícias de organizações sociais, entre outros.

Figura 03- Programação Semanal da Rádio Muda

	Segunda	Terca	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
05:00							
06:00							
07:00							
08:00			Caverna do Dragão				
09:00	Ska-Reggae		Caverna do Dragão	Quando Fala o Coração ♥			
10:00		Punkadaria		Cartas de Amor no Ar	Gambazera		Balanço Black
11:00		Punkadaria	Navalha na Liga	Cartas de Amor no Ar	Gambazera	Naiane	Balanço Black
12:00			Navalha na Liga	Na Larica	SMOG	Prego	Balanço Black
13:00		ÁLBUM	Pira	Na Larica	Mutuca's Mama Cadela	Hora do Chá	Balanço Black
14:00	Xarlanada	Naiane	Pira	Bohemia	Sysiphus	Xurumelas	Universo das Músicas
15:00	Groselha	Pamonha	Randomices	Bohemia	Thiago	Maluco Beleza	Universo das Músicas
16:00	Groselha	Boletim Operário e Cultural (Flasko)	Phlow	Subradio	Garagem	Um homem na Estrada, na Estrada!	Mais Um Daqueles Programas Sem Nome
17:00	Balbucia	Boletim Operário e Cultural (Flasko)	La Voz de Los Sin Voz	American Hardcore	Paranóia e Eplepsia	Um homem na Estrada, na Estrada!	Mais Um Daqueles Programas Sem Nome
18:00	Balbucia	Muda Futebol	ZAFT	Panacéia	Mais Lenha Nesse Inferno	Brasil Psicodélico 60&70	Mizantropo
19:00	Freud, Explique-se!	Na Fossa	ZAFT	Wikipédia do Rock	Bagunça	Cocô	Mizantropo
20:00	Sonzera na Goma	Chillas Room	El Efecto	V-ROCK	Bagunça	Plant'a Muda	Quizé é Anssim..
21:00	Sonzera na Goma	Chillas Room	Sessão Coruja	Bar na Cama	Monsters of Trance	Plant'a Muda	Quizé é Anssim..
22:00	Hemp Hour	Yo Nos Ares	Dezordem	Bar na Cama	Freud, Explique-se!	Cocô	Menstruação
23:00	Hemp Hour	Yo Nos Ares	Gambiarra	Neblina	Rockstone	Mais Um Daqueles Programas Sem Nome	Menstruação
00:00	A Hora dos Ratos	Cenas e Rolês	Ganeshada	Neblina	Rockstone	Mais Um Daqueles Programas Sem Nome	
01:00		Sem recurso	Ganeshada	Joga Bosta	Yo Nos Ares	Pure Hemp	
02:00							
03:00							
04:00							

Fonte: Portal Rádio Muda(2013)

Com isso, a dimensão desta problemática, no que tange a autogestão, produzindo uma baixa coetaneidade ou uma coetaneidade fragmentada, também pode ser entendido como uma potencialização a não hierarquização, produzindo-se nos espaços de encontros e debates redes de interdependência.

Atualmente a Rádio Muda não é um espaço aberto somente para o contexto universitário e seu cotidiano, mas sim para diversos outros bairros da cidade, movimentos sociais e coletivos.

1.3 – RÁDIO CAPIVARA

Após a inserção em listas de e-mails e com a indicação de integrantes da Rádio Muda, foi conhecido a Rádio Capivara. O contexto de trabalho de campo foi uma oficina de rádio e de grade de programação promovida pelo coletivo da Rádio para novos integrantes, familiarizando as aparelhagens e a posição política da iniciativa que é a Rádio Capivara.

A Capivara, assim como a Rádio Muda localiza-se no interior de uma universidade. No caso da Rádio Capivara, localiza-se na Universidade Federal de São Carlos. Sua história de surgimento data de 1996, quando uma sala que antigamente pertencia à entidade representativa dos estudantes da universidade foi realocada e assim criada a rádio.

Chegando até contratar locutor e possuir mais de cinquenta pessoas, a rádio após alguns anos mudou sua forma de organização, inserindo o debate sobre a autonomia de um coletivo em gerir uma rádio. Atualmente com oito integrantes as possibilidades são menores, diferentemente da Rádio Muda.(Figura 04)

Figura 04: Programação Semanal da Rádio Capivara

Fonte: Zine “Livre_tô” Rádio Capivara (2012)

Com a existência de diversos instrumentos musicais doados, a Rádio Capivara fomenta um espaço de um estúdio livre para ensaio de bandas e um grupo de som para eventos internos e externos a universidade. Essa prática de propiciar novas atividades, de criar possibilidades a bandas ensaiarem é uma característica que

como Massey (2008) argumenta, de injetar temporalidade no espaço, dando imaginação a novas trajetórias de agentes.

Também com apropriação técnica da internet para transmissão da rádio *on-line*, a fala do integrante Capitão Caverna demonstra um conhecimento sobre o alcance da rádio nas frequências moduladas: “Temos o alcance de mais ou menos 3 km na cidade, devido ao relevo com muitas montanhas com um transmissor de 25 watss e uma antena básica feita com sobras de antena de TV”(Capitão Caverna, Entrevista realizada dia 15 de março de 2013)

Foto 05: Transmissor FM da Rádio Capivara

Fonte: O autor (2013)

1.4 – RÁDIO DA JUVENTUDE

Em um dos campos de pesquisa com o integrante da Rádio Muda - o *Mano*, onde foi realizada uma oficina de rádio em um assentamento rural no interior de São Paulo, encontramos *Anastasia*. Uma integrante da Rádio Livre da Juventude. Anastasia estava colaborando com a oficina para moradores do assentamento.

A Rádio da Juventude é outra rádio livre que também compõem o Rizoma de Rádios Livres. Ela localiza-se em São Vicente-SP, na Vila Margarida, conseguindo alcançar até o bairro Jardim Bitaru e a ocupação urbana México Setenta. Segundo Anastasia, a rádio funciona há três anos ocupando as frequências moduladas e a pouco tempo on-line.

Ao relatar a história da Juventude, nos deparamos com uma situação em que seu surgimento foi fomentado por uma organização de apoio que já realizava trabalhos nos subúrbios. Através da Juventude Operária Católica (JOC) os equipamentos e o espaço foram conquistados para construção do estúdio da rádio que funciona todos os sábados.

A dinâmica da Rádio da Juventude se diferencia das outras duas rádios estudadas. Os integrantes. com o auxílio da organização de apoio, estreitaram a relação com a comunidade e conseguiram que moradores dos bairros próximos realizassem seus próprios programas, excluindo o abismo entre receptor e emissor, como conta Anastasia:

> (…) o forró também que foi bem interessante também, a gente estava na frequência de uma rádio, quer dizer, agente tava na frequência de uma radio e ela pegava o sinal, atrapalhava o sinal de uma rádio que uma mulher (cris) ouvia, e ela foi lá na rádio e reclamou né, que a gente tava atrapalhando o programa dela e então, depois de conversar com ela, a gente propôs pra ela “ Então vem fazer um programa de forró” e ela foi! E ela tá lá com a gente (...) (Anastasia, Entrevista Realizada 01 de junho de 2013)

Foto 06: Estúdio Rádio da Juventude

Fonte: Portal Rádio da Juventude(2013)

2- A INSERÇÃO ESPACIAL DAS RÁDIOS E SUA PRODUÇÃO SIMBÓLICA

A apropriação de um meio de comunicação, onde a condição emissor e receptor não seja ferida, veiculando informações, músicas e debates pode ser um instrumento para a transformação dos espaços concretos onde as rádios estão inseridas. É uma “via de mão dupla”, principalmente na produção de conteúdo que dê significado aos espaços. É esse conteúdo produzido que Mano se refere na entrevista:

> Que a gente consegue entender as coisas de outras formas, sabe? Então... essas produções simbólicas em que o teatro tá escrito, a rádio, as músicas, elas são muito importantes para esse processo de transformação social, um processo revolucionário assim.(...) Então não é só tomada dos meios de produção clássico como as terras ou as fábricas, é também a tomada do modo pelo qual se dá as relações né, os veículos, como se emitir informação. (Mano, Entrevista realizada dia 31 de Março de 2013)

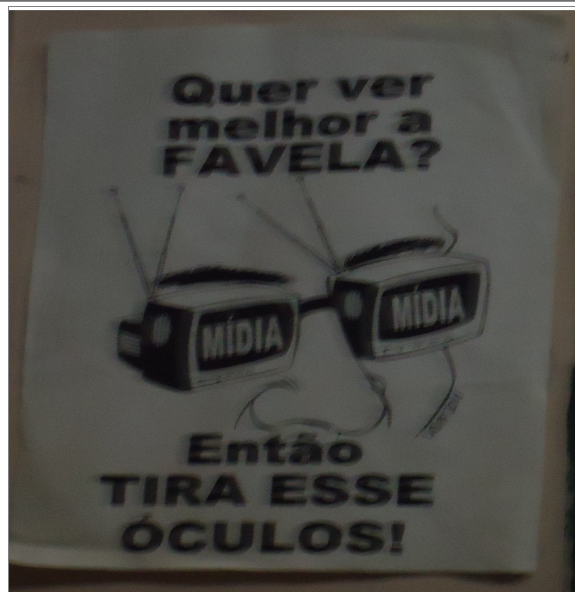
Foto 7 : cartaz dentro do estúdio da Rádio Muda

Fonte: O autor(2013)

Foto 8: Cartaz do programa " A voz do Subúrbio" na Rádio Muda

Fonte: O autor(2013)

Nos campos realizados, o estúdio das rádios e seu entorno se mostra como um painel da produção de conteúdo, sobre os temas abordados, estilos musicais e informações veiculadas (Ver fotos 7, 8, 9,10 e 11). Quando são visitado os portais das rádios na internet a compreensão é semelhante, porém com uma linguagem hipertextual .

Foto 9 : Grafite em muro próximo a Rádio Capivara

Fonte: O autor(2013)

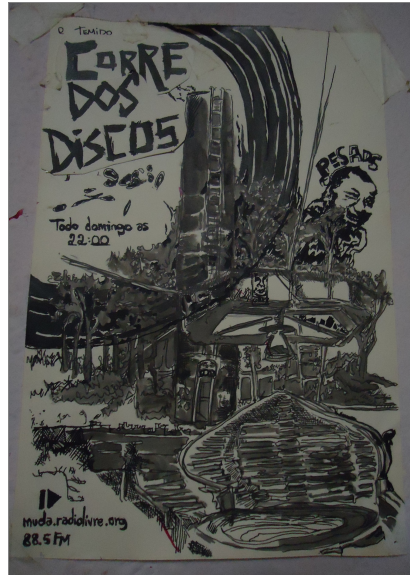
Foto 10 : Cartaz do programa “ Corre dos discos” na Rádio Muda

Fonte: O autor(2013)

Foto 11 : Cartaz do programa “ZAFT- Zona Autônoma Feminina Temporária” na Rádio Muda

Fonte: O autor (2013)

Koch (2007) traça uma relação entre o hipertexto e a construção de sentido, buscando discutir a coerência desta metáfora do pensamento.

Como características principais, também observadas nos portais das rádios, a interatividade, que possibilita ao usuário interagir com a máquina e receber em troca

a retroação da máquina e a intertextualidade, que através dos conteúdos produzidos pode-se acessar outros(textos, imagens, sons e vídeos). Essas características são atribuídas aos *Links*, que segundo a autora desempenham funções coesivas, de amarrar informações de maneira coerente e garantindo fluência de leitura e encaminhamento de compreensão, e funções cognitivas como encapsuladores de sentido, construindo uma estratégica textual dos hiperlinks(KOCH, 2007).

"Os hipertextos são então uma porta de entrada para outros espaços"(KOCH, p. 33, 2007), remetendo-se a experiência, espaço e tempo do produtor e do leitor além de uma associação dos conhecimentos novos juntos aos prévios. Essa leitura que é seletiva é outra característica para que grupos heterogêneos, como as rádios, convivam, produzam, leiam com liberdade de escolha.

A produção de conteúdo vinculada com realidades onde os meios convencionais dão invisibilidade são apontadas na fala de Anastasia, quando relatava sobre os integrantes da Rádio da Juventude e a programação que possui um caráter comunitário bem explícito:

> ter uma moradora um morador ali que compõem, é importante porque eles falam as vezes que "agente tá viajando" em algumas coisas, algumas ideias né... é agente sempre tenta fazer os debates a noite, com temas né, cotidianos, por exemplo, semana retrasada foi sobre a questão... é... das domésticas, dessa legalização, sabendo que a maioria das mulheres que estão ali no bairro, são e trabalham como domésticas né, então a gente tenta fazer esses debates.(Anastasia, Entrevista realizada dia 01 de junho de 2013)

> (...)de manhã por exemplo é o programa "acorda pra viola" e aí depois o veias abertas, que a gente noticia né, que a gente tenta fazer com a música dar a a notícia do que tá acontecendo, então o "acorda pra viola", a gente fala do campo, o que esta acontecendo no campo né, a gente tenta sempre se informa para passar essa informação, aí tem o "veias abertas" que é sobre músicas latinas né, a gente fala um pouco do que esta acontecendo aí e aí tem outros né, tem o rap, feito por um morador da comunidade(...) (Anastasia, Entrevista realizada dia 01 de junho de 2013)

A integração direta com os bairros e com os moradores deles através de programas musicais demonstra que essa inserção da rádio esta no cotidiano da integrante. Também a busca por temas, informações e outras atividades que tentem promover um contato da própria rádio com o seu entorno e o ambiente de conversa,

de debate, de interação, são marcantes em sua fala.

À medida que essas ações simbólicas no espaço são promovidas, são também descortinadas às intenções de acesso à cultura, a educação, a cidade e organização de populações que sofrem com diversas normas e regras que criam fraturas. Essas fraturas, compreendidas principalmente na relação entre o Estado e os detentores dos meios de produção subjetiva (ou simbólica) é há muito tempo uma grande questão dentro de movimentos sociais que reivindicam uma democratização dos meios de comunicação. Nesse rumo, atualmente há tentativas de socializar essas dificuldades e convergir propostas entre múltiplos agentes envolvidos, no entanto somam-se as reivindicações tradicionais a importância da técnica para uma compreensão em como essa reivindicação pode ser mais propositiva e libertadora.

3 – ENLACES INTERPRETATIVOS: INTERSECÇÕES E AS TERRITORIALIDADES

No primeiro capítulo buscamos elencar elementos constituidores da história dos meios de comunicação e seus efeitos culturais e políticos diretos na formação do espaço geográfico e assim a insurgência das rádios livres, sua organização e seus lastros na sociedade brasileira em destaque a alternativa de realização da comunicação e à política de comunicação nacional.

Também nos trabalhos de campo realizados conseguimos, através de uma análise espacial, visualizar que as atividades que as rádios desempenham, sejam com eventos, com seus programas ou no próprio cotidiano da rádio, demarcam importantes espaços.

Com as entrevistas aprofundamos o entendimento que esses espaços são múltiplos, abertos e que são suscetíveis aos encontros, promovendo acúmulo de experiência, interação e debates públicos sobre diversos temas.

Sack (2011) em sua leitura sobre o significado da territorialidade aborda que as múltiplas leituras dos fenômenos de atividade humana nos traz à tona que diferentes grupos e pessoas se situam no espaço e possuem interações e estas interações entre espaço e comportamentos humanos apoiam-se na territorialidade, cujos estudos estão em muitos contextos.

O geógrafo define territorialidade como "a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica" (SACK,2011.p.76) e que ao explorar as vantagens ou desvantagens destas tentativas estaremos teorizando a territorialidade do fenômeno, ao passo que explorar quando e por que elas surgiram constitui a história da territorialidade e suas relações mutáveis no espaço e na sociedade.

Os períodos que trouxemos para elencar as vantagens e desvantagens das territorialidades das rádios livres, e suas respectivas relações e motivações, nos fazem entender que suas territorialidades possuem efeitos territoriais semelhantes à outras organizações na sociedade brasileira que reivindicam direitos fundamentais,

como terra, saúde, transporte, trabalho e moradia. Estas organizações são semelhantes pois o que justamente atravanca suas pautas são o Estado, sua legislação e seu aparato repressor, no caso a Polícia Federal e a Anatel.

A territorialidade aqui é certamente compreendida como as atividades, as tarefas e o trabalho feito pelas rádios, seus princípios sobre o uso das áreas e suas formas de comunicação. As afirmações sobre suas territorialidades são claras e bastante compreensíveis, dado o tempo de sua existência e a legitimação adquirida.

Sugerindo o que a territorialidade pode fazer, pode-se explicar em três relações: Uma forma de classificação por área, podendo ser através da comunicação, definindo e enumerando objetos e compondo uma área, seja em tentativas de impor o controle sobre o acesso à área e a coisas dentro dela, envolvendo até tentativas de influenciar interações como transgressões de territorialidade (SACK, 2011).

Assim, as formas, as estruturas e os processos espaciais, além de serem lugares e possuírem localizações no espaço com múltiplos significados entre outros aspectos, eles existem porque numerosas regras, protocolos e regulamentos permitem que estes objetos estejam em determinados lugares e não em outros. Neste contexto que as Rádios Livres se inserem, a qual são estas regras, protocolos e regulamentos que colocam sua existência em perigo. Por mais que haja uma controvérsia sociotécnica onde as rádios livres se apoiam principalmente nos artigos da Constituição Federal que garantem a liberdade de expressão do pensamento, à criação, à expressão e a informação, e portanto existindo uma inconstitucionalidade por parte da ação do governo (GONÇALVES, 2012), as ações de repressão por conta desta “transgressão de territorialidade” acontecem em grande quantidade.

Concluindo, a territorialidade é construída socialmente, assumindo um ato de vontade coletivo envolvendo múltiplos níveis de razões e significados. Ela forma o pano de fundo para essas relações espaciais humanas e suas concepções, além de indicar que as relações não são neutras. São nessas relações que indicam também a produção simbólica territorializada pelas rádios.

Capítulo III A convivência do Espaço: Encontro dos saberes insurgentes

A consciência do espaço de relações de acordo com as entrevistas está fundada na ideia dos encontros, os quais se efetivam em dois níveis: primeiro na ideia da participação e do ato criativo-subversivo em que se fundam as redes de interdependência. Concomitantemente, lastra-se consciência dos múltiplos agentes imbricados no processo, em especial o Estado. Esse é o momento onde os coletivos, associações e outras organizações solidarizam-se.

1 – O ESPAÇO DE EMBATE - ESC

No decorrer de nossa pesquisa pudemos nos dar conta que os integrantes de Rádios Livres além de constituírem territorialidades, produzem também saberes que são debatidos em eventos. O ESC (Espectro Sociedade e Comunicação) foi um dos eventos promovidos por integrantes de diversas organizações sociais e grupos de pesquisadores que possuem temas comuns, como a atualidade da política comunicacional brasileira, concepções livres sobre o Espectro as inovações tecnológicas no campo da comunicação e a questão dos *softwares* livres.

Este evento aconteceu no auditório da reitoria da Universidade Estadual de Campinas, foi filmado por integrantes de Rádios Livres e publicado no portal do rizoma de rádios livres, o qual ofereceu a pesquisa um subsídio para aprofundar o debate em torno da convivência do espaço construído pelas Rádios Livres.

No audiovisual acessado, a mesa de debate foi formada por um integrante da AMARC, - Associação Mundial das Rádios Comunitárias- por um integrante do grupo Saravá[9], por um representante do padrão DRM - Rádio Digital Mundial e uma professora do Instituto de Computação da Unicamp. Utilizamos as falas dos dois

---

[9] Segundo sua Carta de Princípios, o grupo Saravá “se insere num contexto no qual o conhecimento técnico se faz fundamental para o avanço da sociedade na sua busca por justiça social.”, onde sua missão “é prover instrumentos tecnológicos para movimentos sociais e para a sociedade em geral, além de pesquisar e desenvolver ferramentas, instrumentos, protocolos, documentações, softwares, serviços e oficinas que possibilitem a replicação da iniciativa do Grupo por outros grupos e pessoas, tendo cuidado para evitar a apropriação capitalista dessas inovações.” ver mais em https://www.sarava.org/pt-br/principios (acessado dia 20 de setembro).

primeiros integrantes, no sentido em que elas expressaram de melhor maneira a ideia.

O primeiro da mesa a iniciar a fala foi Nils Brooke. Nils Brooke é radialista e programador da Rádio Livre Onda que fica em Berlim - Alemanha. Trabalhou com Rádios Livres no México auxiliando na produção de materiais midiáticos e na transmissão via internet para estas rádios. Há dois anos esta no Brasil realizando entrevistas e conhecendo Rádios Livres e comunitárias.

Nils organiza sua fala em três partes. Sendo elas necessárias para chegar ao debate atual do Espectro Livre. Antes de começar suas declarações ele procura conceituar a Rádio como

> um ator hibrido no sentido que tem vários atores presentes numa rede que faz o possível numa transmissão de uma mensagem. Então uma rádio se expressa dessa forma e por último, eu acho que não tem uma rádio... rádio como meio universal, mas distintas experiências, distintas formas de fazer rádio que vão criando uma referencia circular do meio.(Excerto vídeo ESC, Nils Brooke, 2012, 6'.)

Em sua primeira fala, inicia abordando a perspectiva que se tem sobre a legitimação. Como, por exemplo, de um fanzine[10] que ninguém fala da legitimidade de um fanzine. Mas,

> o uso do espectro mesmo, que precisa de uma rádio para transmitir uma sendial (mensagem), coloca no centro do debate, a ideia da legitimação. Assim eu acho que a primeira premissa, que a percepção do espectro eletromagnético foi muito tempo percebido como um recurso natural escasso. (Excerto vídeo ESC, Nils Brooke, 2012, 7'.)

Na segunda fala, o radialista problematiza a soberania dos Estados Nacionais na atividade de regulador do espectro, contradizendo sua função ao falar que este ente não demonstra na prática que esta fazendo isso. Culminando na pergunta para todos no evento “O Estado Nacional é o gestor central legítimo do espectro para sempre?” (Excerto vídeo ESC, Id. 8'.).

[10] Zine ou Fanzine é um documento/publicação específica sobre alguma temática com aspectos gráficos e estéticos que vão na contramão das revistas e jornais comumente conhecidos. Os Fanzines são conhecidos pela irreverência e o uso de recortes e colagens de outras revistas e jornais, tornando-se uma verdadeira publicação artesanal, resignificando muitos símbolos e significando outros ainda pouco conhecidos.

Nils comenta que em seu processo de entrevistas e pesquisa, a questão da legitimação revelou ser uma importante interpretação para seu estudo, concluindo que os agentes entrevistados e suas opiniões apontam para um “papel importante de uso do espectro” (Excerto vídeo ESC, Id. 9'.). A percepção de que o espectro eletromagnético é um fenômeno não nacional e não é mais concebido como um recurso escasso que necessite de uma gestão por meio de outorgas dos governos dos Estados Nações, foi evidenciada no decorrer de suas entrevistas e de sua pesquisa. Aqui se abre um debate que a comunicação radiofônica perpassa as fronteiras, estabelecendo outras relações espaciais, onde múltiplos agentes e organizações podem sim conectar-se sem a mediação de agências nacionais reguladoras deste bem comum.

Nas entrevistas com os atores envolvidos na gestão e no debate sobre o espectro eletromagnético, Nils destaca algumas falas provenientes de representantes do interesse do Estado, como por exemplo da ANATEL admitindo a falta de recursos humanos para sua fiscalização e do MiniCom (Ministério de Comunicações) também admitindo falhas, na falta de transparência e critérios para a gestão da radiodifusão e do espectro. Também por parte do MiniCom Nils Brooke comenta que existe “momentos não democráticos na gestão” (Excerto vídeo ESC, Nils Brooke, 2012, 13'.) o que sinaliza muito com as recentes investidas da Polícia Federal com Rádios Livres e Comunitárias.

Destacando as falas de entidades civis organizadas, como por exemplo, a ABRAÇO (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias) o papel do Estado é questionado no sentido central na regulação do espectro, não viabilizando o uso pela comunidade territorial.

Porém a entidade faz uma ressalva, onde o papel do Estado possa ser útil. Já o entendimento da AMARC (Associação Mundial de Rádios Comunitárias) sobre este tema é sintetizado pelo alemão no sentido de que é indispensável evitar fórmulas universais para regulamentar as rádios. Por fim, o Rizoma de Rádios Livres possui uma concepção “crítica do modelo de licenciamento e outorgas e uma reivindicação do uso livre das frequências como prática da liberdade de expressão”(Excerto do vídeo ESC, Id. 15'.) e que Brooke comenta ser a postura mais fácil, pois não há

nenhuma relação de representatividade ou dependência.

Para Nils, há uma clara diferença entre ANATEL, MiniCom, ABRAÇO, AMARC de um lado e as rádios livres de outro. Em sua fala, os quatro primeiros atores citados tem suas argumentações embasadas nas fronteiras nacionais, ao passo que o último ator entrevistado possui uma argumentação mais aberta, rompendo com as fronteiras nacionais. Para estes, a regulação nacional é um modelo que “caducou”.

Neste ponto é que esta diferença é mais perceptível, pois ao introduzir o tema do padrão de Rádio Digital, no caso o DRM[11] e também do Espectro Livre[12] compreendeu-se que o MiniCom, ANATEL, ABRAÇO e AMARC não compactuam. Ao contrário das Rádios Livres que já estão colocando em práticas estas propostas, numa visão de apropriação social. Ele conclui este bloco sintetizando a concepção das rádios livres e comunitárias em relação a emergência de novos atores sociais

> (...)então a contribuição de rádios livres e comunitárias se pode entender dentro de duas perspectivas, de um lado eles estão resignificando parcialmente a referência circular da rádio modificando a sua legitimidade incluindo os atores emergentes, de outro lado também estão contribuindo na negociação acerca dos conceitos e práticas do espectro livre e a rádio digital em um debate mais global sobre como meio incluindo o espectro aberto atras da radio digital. (Excerto do vídeo ESC, Nils Brooke, 2012, 21'.)

Na última parte de sua explanação, o pesquisador faz perguntas ao público no sentido de fomentar reflexões propositivas e observa que o que falta são “zonas de interação e zonas de contato” (Excerto do vídeo ESC, Id. 24'.) como o próprio encontro pode proporcionar, aproximando até mídias inseridas no sistema regulatório do Estado.

O segundo integrante da mesa foi Silvio, conhecido como “Rato” do grupo Saravá. Silvio é pesquisador e ex-integrante de uma Rádio Livre e inicia sua fala que aborda principalmente da técnica, que como qualquer outro campo de discussão é impregnado de política, porém ele tenta não evidenciar, para haver o exercício de

---

[11] O padrão DRM(Digital Radio Mondiale) é um padrão aberto que pode funcionar em todas as bandas de radiodifusão sonora terrestre: Ondas Médias, Ondas Tropicais, Ondas Curtas e o VHF(faixa das rádios FM) diferentemente do padrão HD radio. Construído e propagado voluntariamente por pesquisadores e afins da área da comunicação, está desde 1999 sendo pensado e elaborado sem ser um padrão de um país ou continente específico (DINIZ,2012).

[12] O Espectro Livre refere-se a uma faixa do espectro eletromagnético onde o uso seria previsto para emissões “livres do poder e livres do dinheiro”(OPENSPECTRUM, 2012).

captar onde a política se faz presente em sua exposição.

Ele divide sua apresentação em quatro partes, iniciando com uma introdução da relação do *software*, do *hardware* e o rádio utilizando o termo descolamento para indicar níveis de avanços da técnica relacionada a comunicação.

> Ou seja o hardware é aquela ferramenta dura que para eu modificar o uso eu tenho que despender um grande esforço, enquanto que o software é toda aquela parte maleável que eu consigo rapidamente mudar, então esse é o primeiro descolamento, ele é fundamental pra gente definir o rádio definido por software(...).(Excerto do vídeo ESC, Silvio,2012, 29'.)

O primeiro nível de descolamento em seu entendimento é a questão do software, que é um importante elemento para compreender diversos avanços tecnológicos. Contextualizando esse elemento ele exemplifica a história e a concepção de rádio definido por software

> (…) desde os anos oitenta isso começou na pesquisa militar, rádios feitos para ambiente de combate, então rádios que suportam criptografia, ou seja o inimigo não consegue detectar, decifrar o que esta sendo dito... hann isso, a criptografia é feita por mudança de frequência, ou criptografia no próprio canal, hannn.. rádios que tem a condição de saber qual que tá mais próximo da cadeia de comando e se criar um determinado roteamento, então foi nesse sentido que começou, nesse âmbito que começou a pesquisa de rádio definido por software.(Excerto do vídeo ESC, Silvio, 2012, 33'.)

Como também exemplifica como essa ideia esta vinculada em outras tecnologias. Como *Wi-fi.*

> esta acoplado em nosso computador, que ele é capaz de se comunicar na frequência de um a duzentos mega-hertz por exemplo? Tanto emitido quanto recebendo nessa faixa de frequências... e, em vez da gente definir se ele vai se comunicar em, hann.. VHF, UHF, ou uma simples modulação de FM, vamos deixar isso pro software, vamos criar umas regras de programação que facilitem uma pessoa que queira conectar dois desses dispositivos. E aí se criou o rádio definido por software, né?(Excerto do vídeo ESC, Silvio, 2012 36').

O pesquisador alenta também para que o padrão DRM (Digital Rádio Mundiale) não se limite somente para o sistema brasileiro de radio digital. “(...)é importante que ele seja mundial e não só do Brasil, porque você tem possibilidades de com rádio

em baixas frequências em ondas tropicais atingir boa parte do mundo, sinal do hemisfério ou do país... não faz sentido você falar de um padrão só brasileiro" (Excerto do vídeo ESC, Id. 39'.) e faz um chamado realçando a importância da atuação em diversos setores para se ter progresso nas propostas apresentadas no evento.

> (...)que a gente consiga de algum modo atuar em vários setores, não só no que a gente atue em rádio livre, defender que o espectro não precise de regulação e continuar praticando rádio livre, agora se a gente quiser continuar no espectro ter uma comunicação mais abrangente é importante que a gente atue com indústria, com órgão de regulação, no legislativo, por mais que isso seja muito chato e por mais que tire a gente de uma coisa legal, por exemplo, de brincar de rádio, brincar de rádio digital, é importante que a gente faça isso pra quê? Pra que a gente garanta que os aparelhos venham sejam capazes de receber ou de transmitir nos padrões que a gente queira escolher(...).(Excerto do vídeo ESC, Id. 43'.)

Sua visão de atuar em vários setores é compreendida quando ele faz referência ao segundo nível de descolamento, no caso o hardware, dando o exemplo dos roteadores wireless:

> o exemplo dos roteadores wireless né... o que que é interessante do roteador wireless? Bem ou mal ele vem com o selo da anatel, eu não preciso de concessão, porque a gente não crie, não é criado um hardware que ele fale em uma determinada faixa de frequência do espectro, com um determinado nível de potencia máximo de operação, seja homologado pela ANATEL, eu possa comprar, possa ligar no meu computador e determinar qual será o padrão e qual será a frequência exata de operação, quando eu compro o meu roteador wireless, além de não pedir concessão, no ato de configuração eu posso escolher o canal de operação dele né... e o que é interessante é que eu não conheço queixa de interferência wireless, ah, o meu vizinho está interferindo no meu sinal wireless... se for o caso eu posso trocar de canal né, e com o rádio cognitivo eu nem preciso selecionar o canal, o rádio cognitivo é o rádio que ele tem... ele pode obedecer determinadas escolhas, do tipo: ah, essa frequência tá cheia, aquele rádio me disse que tem uma frequência melhor, ou um rádio longe me disse que olha a propagação tá boa, porque eu to falando com um cara que está na amazônia, então, mude pra essa frequência, que essa propagação tá excelente, e eu não preciso me preocupar exatamente com qual frequência eu estou usando. Então, esse é o segundo nível de descolamento... eu não sei exatamente que frequência eu estou recebendo ou tô transmitindo... ah, qual que é a frequência da rádio muda? Eu não sei, o meu rádio procura, ele sabe quem é a muda, ele pega a assinatura da rádio muda, e pronto, sintoniza pra mim, ou seja... primeiro nós pegamos um hardware, nós descolamos o software do hardware, ou seja, a gente pode definir o protocolo de comunicação e em seguida, a gente descolou o espectro, o espectro não precisa mais de concessão, o hardware é inteligente pra saber

> o que você quer fazer e inclusive resolver conflitos com outras estações de radio né(...) (Excerto vídeo ESC, Silvio, 2012, 49'.)

Finalizando sua exposição, Silvio busca ser propositivo afirmando que o caminho percorrido é esperançoso e enfatiza o uso de *softwares* livres para esse processo ter sido positivo até agora

> (...)as pesquisas de radio cognitivo são recentes, porém, a gente sabe que defender um padrão de radio digital que a gente conhece e que as rádios livres conseguiram fazer a cadeia completa antes das pesquisas acadêmicas, eu acho que a gente tá no caminho, então ir com calma, vamos pegar então um padrão que já existe, já é norma da união internacional de telecomunicações, vamos investir nisso, vamos tentar conseguir aprovação né... do governo, nisso dai, vamos tentar pleitear uma área de espectro pra isso e se a gente tiver o equipamento de transmissão digital, significa que a gente vai ter um equipamento definido por software e ai a gente pode fazer pesquisas em radio cognitivo, o fato é que hoje a gente consegue estar no mesmo ritmo do desenvolvimento da indústria, desde que a gente consiga desenvolver em software livre né...(Excerto vídeo ESC, Id. 52'.)

A existência de eventos como esse onde há de uma forma ampla contribuições, debates, discussões e apresentações de novas concepções para a tecnologia da comunicação, para a política de comunicações, demonstra que a comunicação livre é construída por múltiplos agentes. Estes múltiplos agentes compõem outro nível de espaço que só é capaz de existir, quando há contato, proporcionado por uma rede onde estes múltiplos agentes tomam conhecimento de outras experiências ou atividades e solidarizam-se, atuando em outros espaços e fomentando novas zonas de contato.

2 – AS REDES DE INTERDEPENDÊNCIA E SUAS TÁTICAS

Tanto os integrantes das rádios entrevistados, quanto os agentes acima citados e sua posição social de inserção nos debates enfatizam uma série de fatores: a relação da comunicação livre e do direito a livre expressão; da iniciativa a se apropriar de meios de comunicação; da ideia de construir seus próprios meios de comunicar-se; do apoio mútuo a novas iniciativas de comunicação livre; da importância da tecnologia sem direito autoral para o avanço da comunicação livre; de outros fatos emblemáticos na história das sociedades e dos movimentos sociais; e por fim, o que envolve todas essas questões, a relação em que o Estado e seus órgãos tratam esses fatores e essas ocorrências.

Justamente nesse conflito entre as ações, os debates e as iniciativas promovidas de um lado e de outro as normas, as regulações e as repressões podemos compreender uma dinâmica que vem sido atentamente observada por pesquisadores da área como Serpa (2011).

Sobre esse conflito, Certeau (1998) vai trazer em sua obra uma importante contribuição sobre as estratégias e as táticas no sentido da produção do espaço do cotidiano. A estratégia para Certeau é entendida como

> cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente.(...) Ela-a estratégia- postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.(CERTEAU,1998, p. 99)

Para o autor a tática "não tem por lugar senão o do outro" (CERTEAU, 1998, p. 100). Ela é por si própria a subversão das estratégias do Estado Nação. As táticas que os integrantes das rádios livres, outros coletivos e organizações construíram durante a história, recentemente estão sendo utilizadas para substanciar uma plataforma propositiva para a política de comunicação, em especial o rádio. Essas táticas, ao nosso ver, só foram possíveis através de uma ampla rede humana, que se ocupou destes fatores e estas questões que nos fazem abrir uma outra ótica para

compreender essa composição espacial recente. No ensaio “A sociedade dos indivíduos”, Norbert Elias (1994) procura estabelecer uma nova percepção sobre a sociedade e os seus componentes (os indivíduos). Para isso ele discute como o senso comum e as ciências (sociologia e psicologia) colocam os indivíduos e a sociedade em posições diferentes, assim criando um abismo entre os dois conceitos.

Primeiramente, Elias (1994) apresenta a maneira como o conceito de sociedade é vago e funciona quase como um senso comum: “Ninguém dúvida de que os indivíduos formam a sociedade ou de que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos” (ELIAS, 1994, p. 16). Para desconstruir a idéia de que é óbvio o conceito de sociedade, o autor usa a analogia de Aristóteles sobre a casa e as pedras (o todo e suas partes) para provar que, ao contrário da noção de que a sociedade é o conjunto dos indivíduos que a compõem, a sociedade não pode ser pensada como um conjunto de partes somadas ou a média dessas partes, da mesma maneira que não é possível dizer que a casa é o conjunto de pedras que a compõem.

> […] (não) se pode compreendê-la pensando na casa como uma unidade somatória, uma acumulação de pedras; talvez isso não seja totalmente inútil para a compreensão da casa inteira, mas por certo não nos leva muito longe uma análise estatística das características de cada pedra e depois calcular a média. (ELIAS, 1994, p. 16).

O autor em evidência afirma que as diferenças entre as sociedades através da história não se dão pela ação pontual de indivíduos ou por convenção entre grupos de indivíduos. As mudanças na sociedade não dependem do planejamento dos sujeitos que a compõem, mas as ações dessas pessoas podem contribuir para as mudanças em alguma medida. O sociólogo indica que diferentes correntes sociológicas concebem de maneiras opostas as formações sociais que se fizeram na história. Uma dessas correntes entende que tais formações são concebidas ou criadas de acordo com a vontade dos sujeitos, da mesma maneira com que se planeja e constrói um edifício. Outra corrente acredita que o sujeito não desempenha nenhum papel na sociedade, como se esta fosse uma estrutura supra-individual, não sujeita à ação individual. Por este caminho, tem-se que os primeiros não conseguem

explicar com sua posição como se dá o processo civilizador, por exemplo, já que não é possível dizer com esta formulação que Estado ou religião são produtos de uma construção social consciente.

Uma outra abordagem sobre a sociedade tem por ponto de vista a psicologia. Sob esta perspectiva, também são duas as maneiras de encarar o sujeito e sua relação com a sociedade. A primeira maneira supõe que é possível isolar o indivíduo de suas relações com outras pessoas. A segunda diz que o que há de fato é um espírito coletivo dotado de funções psicológicas próprias e que não é possível extrair desse coletivo a função psicológica individual.

Sobre as formas de enxergar a função social dos indivíduos e a sociedade, Elias afirma que não conseguimos visualizar as mudanças na sociedade tendo em vista apenas o que um sujeito específico pensa e faz. Com isto, o autor diz que não poderemos entender de que modo indivíduos ‘isolados’ poderiam ter parte na formação, transformação e planejamento da sociedade. Daí a conclusão é que não é possível dissociar o indivíduo da sociedade, mas também não se deve confundir o papel que cada um tem no desenvolvimento do outro. Nesse sentido, qualquer escolha que se faça porá em risco a outra, isto é, se optarmos por trabalhar com o indivíduo isoladamente, deixaremos de lado o ‘espírito coletivo’ e vice-versa, haja vista que as duas posições são conflitantes.

Elias (1994), enfatiza que a tentativa de polarizar a relação indivíduo/sociedade faz com que nos esqueçamos que um só existe porque a outra também existe, ainda que o modo com que esta relação se dê não seja facilmente identificável. A partir dessa premissa, Elias (Idem) formula que o que importa na relação não são as ações individuais, tampouco as construções coletivas em si, mas as funções que sujeitos e construções exercem.

As funções dos indivíduos estão atreladas às mudanças que a sociedade teve através do tempo. Há, no movimento das sociedades, uma “ordem oculta e imperceptível” que varia conforme se criam ou mudam as funções dos indivíduos. As funções geram um número restrito de oportunidades para a ação individual que limita o comportamento dos sujeitos. Dentro dessa limitação é que a ação pode, em maior ou menor grau, ocasionar alterações na ordem social vigente. Outro ponto

importante é que cada função existe em relação às demais dentro do conjunto de funções e só pode ser compreendida no contexto em que ela se insere, como uma rede, que não surgiu pela soma de vontades ou pela decisão coletiva dos indivíduos.

A explicação para descartar a ação individual como elemento transformador da sociedade é que as funções podem ser exercidas por diferentes indivíduos e as relações de poder é que influenciam na tomada de decisões por parte do sujeito que exerce uma função específica, como um rei ou senhor feudal, por exemplo.

A respeito da maneira como o indivíduo é moldado pelo sistema social em que está inserido, Elias (1994) traça um paralelo entre as características humanas ditas "naturais" e as "sociais". Para ele, o homem tem em si ambas, na medida que os processos naturais, largamente visíveis na constituição dos animais (como o instinto e a "programação" para determinados comportamentos) concorrem com a formação social e a atribuição de funções para o indivíduo. Daí o autor conclui que o ser humano tem uma história social e não uma história natural, como os animais e a natureza em geral. As funções, segundo Elias, mudaram com o tempo e, invariavelmente, tiveram significativa especialização, isto é, com o tempo, as funções foram se tornando cada vez mais específicas dentro da sociedade e, para que os indivíduos pudessem cumprir determinado papel foram criados "entrepostos" (escolas e instituições de "treinamento") que preparavam crianças (que não são dotadas de nenhuma função e precisam ser "moldadas" pelo grupo em que nasceram) para a função que exerceriam quando adultas. Essas instituições seriam ao mesmo tempo formadoras e inibidoras, já que o sujeito acabaria por reprimir vontades próprias para caber na função que lhe coubesse.

Ao cabo do ensaio, o autor reafirma que há um "processo social de moldagem" que produz indivíduos únicos e ao mesmo tempo parecidos com todos os demais, sentenciando que "a sociedade não apenas produz o semelhante e o típico, mas também o individual" (ELIAS, 1995, p.56). A relação entre indivíduo e sociedade, portanto, não é apenas de partes e todo, mas sim uma relação que envolve uma terceira parte que é dada pela rede humana e as relações que essa rede forma através do tempo.

3 – ARREMATE DO CAPÍTULO

Este capítulo, mediante o uso do audiovisual acessado, proporcionou outra compreensão a cerca da relação espacial que as RL's possuem. Suas territorialidades também passam por diferentes níveis onde determinadas funções desempenhadas por indivíduos e coletivos que estão inseridos em debates políticos e técnicos contribuem para avanços políticos para uma comunicação livre e também na denúncia do Estado como principal entrave no surgimento destas iniciativas. Essa rede de interdependência se utiliza de táticas substanciadas pelas RL's e ao mesmo tempo traça estratégias e dialoga outras táticas no sentido de avançar o debate público sobre a comunicação livre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em tela teve como questão central a discussão dos modos como se efetivam as composições espaciais das Rádios Livres. Para tanto, reportamos como estudo de caso a Rádio Muda, Capivara e Juventude. Como se estabelecem as relações entre os agentes constituidores do espaço conformado pelas rádios livres e, quais são as estruturas espaciais constituídas pelas rádios livres, fundamentaram nossas questões específicas de problematização investigativa.

Averiguou-se inicialmente uma abordagem contextual destacando-se a composição espacial dos movimentos das rádios livres no Brasil no campo da industrialização conservadora e de uma política estatal centralizadora, onde ao mesmo tempo em que se concentrou a comunicação, propiciou-se a reverberação de rádios livres por meio da apropriação técnica do contexto, por exemplo, por operários técnicos em eletrônica. Podemos também afirmar que a medida que eram criadas zonas de contato entre estes indivíduos e organizações e entidades sociais a questão política e técnica da comunicação era descortinada, abrindo novas possibilidades para reverberar iniciativas na radiodifusão livre.

Por outro lado, a composição espacial das rádios livres foram debatidas no escrutínio da formação de lugares (SERPA, 2011), nesse aspecto valorizou-se um horizonte geográfico propedêutico da temática, isto é, vislumbrou-se potencialidades para o planejamento urbano, o acesso e o direito a cidade, o acesso e o direito a comunicação, culminando na enunciação de iniciativas que tratam de áreas invisíveis da cidade, seus indivíduos, suas práticas espaciais e suas construções sociais da realidade.

Se por meio de uma estrutura/estruturante (técnica) e uma estrutura-ação, promovida por espaços, tais coetaneidades, observou-as na fomentação do espaços das rádios as quais são propensas para produções das territorialidades, para as lutas que transcendem as causas monolíticas. As relações são estabelecidas por princípios que condicionam uma organização espacial e social horizontal, autônoma e autogestionária, valorizando a diversidade do indivíduo e do coletivo, permeada pela experiência da relação do Estado com a existência de iniciativas como essas

estudadas de reverberar liberdades no espectro radiofônico. Foram percebidas também relações estabelecidas pela proximidade de questões sociais até então marginalizadas ou repreendidas ostensivamente por órgãos do Estado que encontram terreno para dialogar nesta territorialidade como ações de apoio mútuo com outros movimentos sociais.

Todavia, essas territorialidades são fundadas em redes de interdependência onde conseguimos vislumbrar que os integrantes das RL's estão inseridos em determinadas atividades onde eles(as) desempenham funções conforme suas interações, conhecimentos, proximidades ou causas sociais de afinidade. Elas se compõem taticamente subvertendo as estratégias promovidas pelo Estado, solidarizando-se e criando novas zonas de contato para ecoar suas posições políticas, proposições técnicas e ações no espaço.

Ressalta-se que recentemente a escolha de um padrão digital para o rádio brasileiro é discutido amplamente por diversos setores da sociedade, inclusive indivíduos que integram a rede de interdependência. Disso nossa metáfora de uma transmissão dialógica apregoada no título, fundamenta nos discursos confabulados com os discursos das rádios e seus integrantes, do discurso do Estado e seus órgãos reguladores. O que compreende-se é que historicamente, independente da escolha feita pelo Estado, as rádios livres e a insurgência de novas composições espaciais que potencializem a retomada da palavra e da produção do espaço por quem ele habita, na medida em que é esculpido e tensionado por estruturas e estratégias de poder, as mesmas são apropriadas criativamente na fundamentação de táticas libertárias.

REFERÊNCIAS

ANDRIOTTI, Cristiane. D. **O Movimento das Rádios Livres e Comunitárias e a Democratização dos Meios de Comunicação no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas: Unicamp. 2004.

BAUER, Martin. W. AARTS, Bas. A construção do Corpus: Um Princípio Para a Coleta de Dados Qualitativos. In: BAUER, Martin. GASKELL, George.(org). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som:** Um manual prático. 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 39-63.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. artes de fazer. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DINIZ, Rafael. **O que é Rádio Digital**. 2012. Disponível em http://polignu.org/drm Acessado dia 20 de Agosto de 2013.

DOWNING, John. D. H. **Mídia Radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Editora Senac, 2002.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo. Cultura e Geografia. **Revista geo-paisagem.** ano 6, nº11, 2007.

FLICK, Uwe. Entrevista Episódica. In: BAUER, Martin. GASKELL, George.(org). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som:** Um manual prático. 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p.114-136.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In: BAUER, Martin. GASKELL, George.(org). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som:** Um manual prático. 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p.244-270.

GRAEBER, David. **Fragmentos de uma Antropologia Anarquista**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2011

GUARESCHI, Pedrinho; BIZ, Osvaldo. **Mídia e Democracia**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho. **Comunicação e Controle social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GONÇALVES, Flora. R. Apropriações libertárias sobre o espectro radiofônico: as Rádios Livres. In: **Revista Espaço Científico Livre**. Brasil, n.7, p.08-19, abr.-mai. 2012.

HAESBAERT, Rogério. C. **O Mito da Desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Esquema para dialogar com descartógrafos. In: WASHINGTON, Cláudia; ARAÚJO, Lúcio de; GOTO, Newton. (org.). **Recartógrafos**. Curitiba: edição do autor, 2010, v. 1, p.33-41. Disponível: http://labes.weebly.com/artigos-alvaro.html. Acessado em 01 de julho de 2013.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Hipertexto e Construção de Sentido. In: **ALFA, Revista de Linguística**. São Paulo V.51 n.1 p23-38. 2007

LEACH, Joan. Análise Retórica. In: BAUER, Martin. GASKELL, George.(org). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som:** Um manual prático. 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 293-318.

LIAKOPOULOS, Miltos. Análise Argumentativa. In: BAUER, Martin. GASKELL, George.(org). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som:** Um manual prático. 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 218-243.

LOIZOS, Peter. Vídeo, Filme e Fotografias como Documentos de Pesquisa. In: BAUER, Martin. GASKELL, George.(org).**Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som:** Um manual prático. 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p.137-155.

LUZ, Dioclécio. A Saga das Rádios Comunitárias. **Anais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia.** Guarapuava, UNICENTRO, 2011.

MACHADO, Arlindo. MAGRI, Caio., MASAGÃO, Marcelo. **Rádios Livres. A reforma agrária no ar**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

MASSEY, Doreen B. **Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2008.

NUNES, Marisa. A. M. **Rádios Livres: O Outro Lado da Voz do Brasil**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1995.

ORTIZ, Renato. **Um outro Território. Ensaios Sobre a Mundialização**. São Paulo: Editora Olho D'água, 2000.

SACK, Robert D. O Significado de Territorialidade. In: DIAS, Leila. C, FERRARI, Maristela(org).**Territorialidades Humanas e Redes Sociais.** Florianópolis: Editora Insular, 2011. p.63-89.

SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: EDUSP, 1994.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS ALVES, Sandra, C. A Educação profissionalizante durante o Estado ditatorial. Maceió: **V Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação**, 2010. Disponível em http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1368/598
Acessado dia 28 de agosto.

SERPA, Angelo. **Lugar e Mídia**. São Paulo: Contexto, 2011.

SOUZA, Marcelo. L.; RODRIGUES, Glauco. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

THIOLLENT, Michell. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1992.

Espectro Sociedade e Comunicação. **Mesa 4: Espectro Livre, Radio Digital e SDR (radio definido por *software*)**.Universidade Estadual de Campinas. 2012.
Disponível em http://juba.tvlivre.org/esc/esc-mesa4.ogg Acessado dia 03 de Abril de 2013.

Livre_Tô!. **Fanzine da Rádio Livre Capivara**. São Carlos. 2012.

Portal Rizoma de Rádios Livres http://radiolivre.org

Portal Rádio da Juventude http://radiodajuventude.radiolivre.org

Portal Rádio Muda http://muda.radiolivre.org

Portal DRM- Digital Radio Mondiale Brasil http://drm.org.br

Portal Espectro Aberto http://openspectrum.info/

Portal Planalto http://www2.planalto.gov.br/

Portal Grupo Saravá https://www.sarava.org/pt-br

Portal Rádio Capivara http://radiocapivara.blogspot.com

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DIRIGIDO À INTEGRANTES DA RÁDIO MUDA

NOME/CODINOME/APELIDO/

DATA DA ENTREVISTA:

ATIVIDADE REALIZADA PELO INTEGRANTE NO DECORRER DA ENTREVISTA:

- O QUE É RÁDIO LIVRE?
- PORQUE PARTICIPAR?
- O QUE PROPORCIONA?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA EPISÓDICA VOLTADA PARA INTEGRANTE DA RÁDIO CAPIVARA

NOME/CODINOME/APELIDO/

DATA DA ENTREVISTA:

ATIVIDADE REALIZADA PELA RÁDIO/INTEGRANTE NO DECORRER DA ENTREVISTA:

- QUAL A HISTÓRIA DA RÁDIO CAPIVARA?
- COMO ELA ESTA HOJE?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA EPISÓDICA VOLTADA PARA INTEGRANTE DA RÁDIO DA JUVENTUDE

NOME/CODINOME/APELIDO/

DATA DA ENTREVISTA:

ATIVIDADE REALIZADA PELO INTEGRANTE NO DECORRER DA ENTREVISTA:

- VOCÊ PARTICIPA DE UMA RÁDIO LIVRE?
- E FAZ TEMPO QUE ELA EXISTE? QUAL QUE É A HISTÓRIA DELA?
- E PORQUE PARTICIPA DE UMA RÁDIO LIVRE?

APÊNDICE D – ROTEIRO E ENTREVISTA EPISÓDICA VOLTADA PARA INTEGRANTE DA RÁDIO MUDA

NOME/CODINOME/APELIDO/

DATA DA ENTREVISTA:

ATIVIDADE REALIZADA PELA RÁDIO NO DECORRER DA ENTREVISTA:

- PORQUE VOCÊ SE INTERESSOU POR RÁDIO LIVRE
- VOCÊ ACHA IMPORTANTE A QUESTÃO DA APROPRIAÇÃO TÉCNICA?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE TRANSCRIÇÃO DE AUDIOVISUAL DO EVENTO “ESPECTRO SOCIEDADE E COMUNICAÇÃO”

LOCALIZAÇÃO DE OCORRÊNCIA DO EVENTO:

PROMOTORES DO EVENTO:

INTEGRANTES DO EVENTO

- NOME/APELIDO:
- PROFISSÃO/ATIVIDADE/TRABALHO

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO INTEGRANTE:

OBJETIVO DA EXPOSIÇÃO DO INTEGRATE: